

DÉBORA ANTUNES

**A RETÓRICA NO JORNALISMO OPINATIVO:
UMA ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO DE
HÉLIO SCHWARTSMAN**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2009

DÉBORA ANTUNES

**A RETÓRICA NO JORNALISMO OPINATIVO:
UMA ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO DE
HÉLIO SCHWARTSMAN**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

2009



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

Monografia intitulada *A retórica no jornalismo opinativo: uma análise da argumentação de Hélio Schwartzman*, de autoria da estudante Débora Antunes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof^a. Mestra Mariana Ramalho Procópio (orientadora)
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV

Prof. Mestre Ricardo Gomes Duarte da Silva
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo da UFV

Prof^a. Doutora Mônica Santos de Souza Melo
Curso de Letras da UFV

VIÇOSA, 11 DE NOVEMBRO DE 2009

AGRADECIMENTOS

O espaço destinado aos agradecimentos é pequeno para citar todas as pessoas que estiveram comigo durante estes anos. Lembro dos professores, que desde a infância me guiaram na busca do conhecimento. Dos amigos e colegas que ficaram pelo caminho, mas que contribuíram muito para meu amadurecimento. Dos familiares que incentivaram meus passos e estiveram presentes durante todos os anos de minha vida.

Ainda menores ficam estas linhas quando falo dos meus pais, Rita e Itamar, que tanto batalharam para dar mais oportunidades do que tiveram para mim e para o meu irmão. Para eles dedico meu eterno agradecimento e meu amor incondicional. Agradeço-os por todos os meus méritos, que só foram possíveis por eles; por todas as minhas alegrias, que sempre compartilharam e também me deixarem saber que sempre poderia contar com eles em momentos menos prósperos.

Ao meu irmão, Diogo, agradeço pelas horas de risadas durante a madrugada, por ter me feito esquecer esta monografia quando já estava cansada dela. Pela infância e adolescência divididas, pelas brigas e pela amizade. Também como parte da família, agradeço ao pequeno Whisky, meu cachorrinho que chegou tomando espaço e que alegra meus dias nos últimos tempos.

Com carinho especial também agradeço aos amigos de Viçosa. À Manuella, amiga tão cheia de defeitos como eu: que não liga nas férias, que se irrita e que se cansa do mundo. Mas que sabe que mesmo assim somos amigas e esta amizade só deu certo por conta dos tantos defeitos compartilhados. À Marianna, pela amizade e por me fazer ver que todos têm seus momentos e seu lado meigo, delicado e cheio de frescuras, no bom sentido, claro. Ao Tim, Felipe, Aramis, Ana Paula, Débora, Ana Terra, Sabrina e José Tarcísio, pelas risadas, pela amizade, pelos trabalhos e por compartilharem comigo um pedaço de suas vidas.

Agradeço também à professora Bia, responsável por parte da minha educação quando eu ainda era uma criança, e que gentilmente fez a correção deste trabalho. Ao amigo Rafael, que me ajudou na etapa final deste trabalho e que sempre me fez rir com seu mau humor tão típico. E, finalmente, à professora e orientadora Mariana, que só não se tornou uma amiga pela falta de tempo e incompatibilidade de espaço, mas que sempre se mostrou tão gentil quanto inteligente. A ela também agradeço por ter me feito acreditar mais nos caminhos do conhecimento.

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar como um dos gêneros opinativos, o artigo, ainda figura na sociedade através do articulista Hélio Schwartzman. Para tanto, selecionamos sete artigos que serão analisados não só quanto ao gênero, mas também pelo viés da Nova Retórica.

Esta teoria foi proposta por Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) no século XIX e corresponde a uma atualização dos preceitos da antiga retórica. A adaptação feita possibilita a aplicação destes estudos a auditórios midiáticos.

PALAVRAS-CHAVES

Jornalismo opinativo; artigo; nova retórica; argumentação

ABSTRACT

This paper intends to demonstrate how one of opinative genres, the article, still figures in society through the article-writer Hélio Schwartzman. For this purpose, we selected seven articles that are going to be analyzed not only in respect to genre, but also through the New Rethoric perspective.

This theory was proposed by Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca in the XIX century and corresponds to a modernization of the precepts of ancient rhetorics. Such adaptation turns the application of these studies possible to midiatic audiences.

KEY-WORDS

Opinative journalism, article, new rethoric, argumentation.

LISTA DE GRADES

GRADE 1 – Exemplo de argumentos quase-lógicos	27
GRADE 2 – Exemplo de argumentos baseados na estrutura do real	30
GRADE 3 – Exemplo de argumentos que fundam a estrutura do real	32
GRADE 4 – Exemplo de argumento de dissociação	33
GRADE 5 – Apresentação do corpus	37
GRADE 6 – Levantamento quantitativo dos argumentos	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – O JORNALISMO OPINATIVO E CONSIDERAÇÕES SOBRE SEUS GÊNEROS	11
1.0 Considerações iniciais	11
1.1 O jornalismo opinativo	12
1.2 Os gêneros opinativos no Brasil	14
1.3 Especificidades do gênero artigo	17
1.4 Os artigos opinativos como discurso	18
1.5 Considerações finais	20
CAPÍTULO 2 – RETÓRICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO	21
2.0 Considerações iniciais	21
2.1 Conceitos básicos da Nova Retórica	22
2.2 Aspectos relevantes para a argumentação	23
2.3 Técnicas argumentativas e classificação dos argumentos	24
2.3.1 Os argumentos quase lógicos	25
2.3.2 Os argumentos baseados na estrutura do real	28
2.3.3 Os argumentos que fundam a estrutura do real	31
2.3.4 Os argumentos de dissociação	33
2.4 A interação dos argumentos	33
2.5 Considerações finais	35
CAPÍTULO 3 – OS ARTIGOS DE HÉLIO SCHWARTSMAN SOB A LUZ DA NOVA RETÓRICA	36
3.0 Considerações iniciais	36

3.1 Apresentação do <i>corpus</i>	37
3.2 Aplicação das teorias da argumentação	39
3.2.1 Ciência sob ataque	39
3.2.2 Fé na ciência	41
3.2.3 Tudo é relativo	42
3.2.4 O prazer de perdoar	44
3.2.5 Clima de guerra	46
3.2.6 O caso Isabella	47
3.2.7 O não tão livre arbítrio	48
3.3 Considerações finais	50
CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA	56
ANEXOS	58
Anexo 1 - Ciência sob ataque	58
Anexo 2 - Fé na ciência	61
Anexo 3 - Tudo é relativo	65
Anexo 4 - O prazer de perdoar	68
Anexo 5 - Clima de guerra	71
Anexo 6 - O caso Isabella	74
Anexo 7 - O não tão livre arbítrio	77

INTRODUÇÃO

Lead, pirâmide invertida, objetividade e simplicidade. Estes são os elementos do atual padrão do jornalismo informativo, tão difundido na prática cotidiana e na academia. As formas de construção textuais livres destes padrões são relegadas a um segundo plano e ganham pouco espaço nas instituições que praticam ou ensinam a profissão.

Desejamos, com este trabalho, sair do ponto deste ponto de vista informativo e estudar o jornalismo opinativo. Pois acreditamos que o jornalismo também deve apresentar pontos de vista e conceitos capazes de aprimorar a cultura da sociedade, incitando o questionamento entre os cidadãos. Desta forma, não queremos desmerecer o jornalismo informativo, mas sim valorizar o jornalismo opinativo na imprensa contemporânea, cuja presença se encontra reduzida.

A carência do jornalismo opinativo é mostrada por Melo (2003):

Se, no passado, o espaço aberto para a colaboração dos intelectuais era maior, na imprensa brasileira, hoje ele se reduz pela própria tendência que assume o jornalismo impresso de se pautar por modelos industriais de eficiência e profissionalismo. (MELO 2003:129)

Embora a constatação tenha sido feita com base na mídia impressa, pode-se estendê-la também para os outros meios quando se fala de jornais tradicionais. Na web, por exemplo, os jornais ainda seguem os modelos impressos, destinando poucas seções ao conteúdo opinativo.

Dentre os produtos opinativos no webjornalismo brasileiro, temos o caderno *Pensata* do Folha Online, um webjornal que trata de assuntos de todo o Brasil e que é mantido em parceria pelo grupo Folha e o provedor de internet Universo Online. Este caderno, o *Pensata*¹, é composto por colunas de diversos autores, tratando de economia, música, atualidades, política entre outros. Um destes colaboradores é Hélio Sschwartzman², que trata das temáticas voltadas para atualidades em geral, e cuja produção servirá como objeto de estudo desta pesquisa.

Formado em filosofia, mas atuando como jornalista e articulista no Grupo Folha, o autor, que possui 44 anos, procura tratar de temas cotidianos sob uma ótica opinativa, defendendo seu posicionamento frente aos assuntos abordados e dialogando com o leitor, quando isto se torna necessário. Ele mantém uma publicação semanal no periódico online e faz contribuições

¹ O caderno virtual pode ser acessado através do endereço <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/>.

² Os artigos do autor estão listados em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/>.

esporádicas para o jornal impresso Folha de São Paulo. Além disso, é autor do livro “*Aquilae Titicans – O segredo de Avicena – Uma aventura no Afeganistão*”.

Entre os artigos apresentados por Hélio Schwartzman selecionamos o *corpus* através de três etapas: primeiro os artigos foram separados de acordo com sua data de publicação, sendo que o primeiro semestre de 2008 foi o escolhido para a próxima etapa, pois havia uma publicação mais regular por parte do autor. Na etapa seguinte foram analisados os artigos que apresentavam uma argumentação de viés mais nitidamente filosófico, por ser esta uma característica que torna diferente o discurso de Hélio Schwartzman e também uma das ciências que mais se utiliza da retórica como forma de argumentação. Dentre os artigos selecionados foram escolhidos como *corpus* final aqueles que partiam de uma premissa factual para incitar as discussões sobre determinado tema. Assim, obtivemos sete artigos: *Ciência sob ataque*, *A fé na ciência*, *Tudo é relativo*, *O prazer de perdoar*, *Clima de guerra*, *O caso Isabella* e *O não tão livre arbítrio*.

Tendo em vista que tais artigos são marcados por estratégias argumentativas, pretende-se compreender a seguinte questão: como se manifesta a formação argumentativa no discurso do articulista Hélio Schwartzman?

Com isto, este trabalho tem como objetivo analisar a argumentação dentro do jornalismo opinativo. Para tanto faremos uso das definições dos gêneros jornalísticos opinativos propostas por Melo (2003) e Beltrão (1980) e da retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Desta forma poderemos proporcionar um intercâmbio entre os estudos da comunicação e do discurso para o aprofundamento dos estudos jornalísticos.

Embora os estudos sobre a retórica tenham sido menosprezados durante muitos séculos (desde o seu surgimento na Grécia Antiga), no século XIX, Chaim Perelman trouxe a luz uma nova visão desta arte. Denominada Nova Retórica, sua aplicação foi ampliada a auditórios midiáticos e foram aperfeiçoados os conhecimentos já alcançados.

Com base nesta proposta alguns trabalhos já estão aplicando a retórica ao fazer jornalístico. Pesquisas como as de Pereira & Rocha (2007) e Freitas (2002) contribuem para um maior questionamento da prática argumentativa, associada ao jornalismo, no meio acadêmico. No entanto, ambos os trabalhos detiveram-se sobre gêneros ou pontos específicos, o que abre espaço para novas discussões sobre o tema, adicionando conhecimento à comunidade científica.

Desta forma, tendo em vista que o discurso opinativo de Hélio Schwartzman é marcado por estratégias de argumentação, objetivamos também compreender como esta formação

argumentativa se manifesta no discurso deste articulista. Para tanto procuraremos verificar primeiramente de que forma seu discurso se encaixa no gênero artigo, incluindo suas tipificações e, depois, como o autor se apropria dos modelos argumentativos propostos pela Nova Retórica.

Iniciamos nossas pesquisas com base em três hipóteses centrais: A primeira tem em mente que o autor baseia grande parte de seus artigos em argumentos de autoridade. A segunda hipótese prevê a ampla utilização dos argumentos quase-lógicos, descritos por Perelman & Olbrechts-Tyteca, os quais abordaremos no capítulo apropriado. Como terceira hipótese temos a possibilidade da ampla interação argumentativa no discurso do articulista.

Para realizar nossa pesquisa, optamos pela divisão em três partes. Na primeira estudaremos o jornalismo opinativo e seus gêneros, segundo as vertentes de Melo (2003) e Beltrão (1980). Nesta etapa daremos uma atenção especial ao gênero artigo, por se tratar do modelo utilizado para a análise do *corpus*.

No segundo capítulo trataremos das teorias relacionadas à argumentação sob o ponto de vista da retórica. Aqui veremos como os argumentos se fazem presente no discurso e as classificações que recebem. Salientamos que neste capítulo teremos grande parte do aporte teórico e metodológico de nossa pesquisa. Portanto, requer uma maior atenção do leitor, principalmente no que tange a distinção entre os diferentes tipos de argumentos.

Por fim, no terceiro capítulo partiremos para a análise do *corpus* selecionado. Primeiramente analisaremos o discurso de Hélio Schwartzman de um modo geral, para que possamos compreender porque estes se classificam dentro do gênero artigo. Em seguida, forneceremos um panorama sobre os artigos escolhidos. Após isto, partiremos para a análise levando em conta as teorias expostas no primeiro e segundo capítulos. Ao final desta pesquisa, encontram-se disponíveis, em anexo, os artigos que fazem parte do *corpus*.

Com este trabalho esperamos contribuir para a disseminação do jornalismo opinativo e dos estudos da retórica, procurando fazer com que os futuros profissionais (e também aqueles que já exercem a profissão), ao refletirem sobre estes temas, os levem para seus locais de trabalho.

Além disso, ao unir a retórica ao fazer jornalístico, objetivamos também aprimorar as discussões teóricas a respeito do jornalismo, pois a integração entre estas ciências permite que se adquiram novas perspectivas para o tratamento do gênero opinativo artigo no meio acadêmico, incorporando teorias que podem formar profissionais mais capacitados intelectualmente.

CAPÍTULO 1 – O JORNALISMO OPINATIVO E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SEUS GÊNEROS

1.0 Considerações iniciais

Neste primeiro capítulo iremos abordar as perspectivas do jornalismo opinativo e de seus gêneros, salientando as particularidades do artigo. No entanto, antes disto faz-se necessário uma breve explicação sobre os caminhos das pesquisas em jornalismo que levaram as classificações utilizadas e porque elas são necessárias para a área.

Os estudos sobre gêneros estão presentes no pensamento mundial desde a Grécia Antiga, sendo estabelecidos através da presença de algumas características nas unidades textuais analisadas. Na contemporaneidade, os gêneros servem, de acordo com Pereira e Rocha (2006), como um instrumento que permite aos produtores e receptores codificar e decodificar seus textos.

Marcushi (2003) define os gêneros da seguinte forma:

“Trata-se de textos orais ou escritos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composição, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas.” (MARCUSHI, 2003:4)

Devido a sua função de guia, os estudos dos gêneros ganham importância dentro das pesquisas midiáticas, já que servem tanto para orientar os jornalistas quanto os leitores. As pesquisas neste campo estão em constante atualização já que “há uma evolução nos gêneros, e isso é permitido pelas transformações da sociedade, porque o gênero está vinculado às características de espaço/tempo” (PEREIRA & ROCHA, 2006:46).

O estudo constante e realizado por diferentes sociedades trouxeram uma grande quantidade de classificações distintas para os gêneros jornalísticos. Porém, optamos por estudar dois teóricos nacionais, Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (2003), pois suas classificações na área do jornalismo opinativo, apesar de seguirem metodologias diferentes de análise, possuem pontos semelhantes e complementares, divergindo em alguns poucos aspectos no que tange a descrição dos gêneros. Além disso, por se tratarem de pesquisadores brasileiros, acreditamos que nossa realidade estará melhor retratada em suas obras.

Antes de tabular os gêneros propriamente ditos, ambos os autores fizeram divisões quanto às categorias de jornalismo. Melo (2003) propõe apenas duas: o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo. Estas conclusões foram obtidas com base na intencionalidade do relato jornalístico.

Já Beltrão (1980), estabelece a seguinte divisão: jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo. O critério adotado por este autor é a função do jornalismo junto ao público, ou seja, informar, explicar e orientar. Mas Melo (2003) optou por excluir a função interpretativa por achar que esta pode ser abarcada pelo jornalismo informativo.

Para esta pesquisa vamos nos deter na análise da categoria jornalismo opinativo. Marshal (2003, *apud* Pereira & Rocha, 2006) conceitua esta área como fonte de forte apelo ideológico, servindo de palco para lutas e mobilizações, defendendo e atacando ideias.

No entanto, não devemos esquecer que, embora estas manifestações sejam mais explícitas no jornalismo opinativo, também aparecem em outras categorias, visto que os produtos midiáticos são produzidos por pessoas que não estão isentas de valores e que os deixam transparecer mesmo que de modo implícito.

Partiremos agora para os estudos do jornalismo opinativo, para que conheçamos um pouco melhor suas características e um pouco da sua história no contexto nacional, onde a área destinada à opinião sofre uma grande carência.

Em seguida, após compreender o cenário do jornalismo opinativo, seus gêneros e as especificidades do gênero artigo, faremos uma pequena análise sobre os artigos opinativos como texto e discurso. Esta abordagem será feita, pois o presente trabalho pretende estudar os artigos, pelo viés da retórica, como discurso e, portanto, é necessário saber o que isto representa.

1.1 O jornalismo opinativo

O jornalismo opinativo é caracterizado pela clara tomada de posição, seja ela do jornalista, do editor, do colaborador ou mesmo do leitor de uma determinada mídia. No entanto, nem todo assunto é digno de expressão opinativa dentro da imprensa, como afirma Beltrão (1980).

Para este autor, um fato só se torna opinável quando a sociedade o considera passível de discussão, ou seja, ele não é um tabu e é capaz de oferecer às pessoas diversas abordagens que merecem passar por argumentações e discussões diante do público.

Podemos entender a opinião como um estado pessoal ou coletivo que vai contra ou a favor de uma idéia. Sendo que esta idéia não possui argumentos sustentados pela lógica formal que levem a existência de uma verdade possivelmente única, possibilitando a tomada de múltiplos posicionamentos. Assim, a opinião “depende, com efeito, de um cálculo de probabilidade, que leva o sujeito a tomar uma atitude intelectual de aceitação ou não da verossimilhança.” (CHARAUDEAU, 2006:121) e esta pode ser entendida como uma atitude subjetiva.

A presença opinativa era constante no período em que a imprensa mundial se desenvolveu. No entanto, esta manifestação opinativa não satisfazia os detentores do poder, que logo conseguiram criar mecanismos para controlar a opinião nos jornais.

“E os caminhos são eficazes. A instituição de taxas, impostos e controles fiscais, atacava o flanco da sobrevivência econômica. A decretação de limites à liberdade de imprensa Dava conta do cerceamento político, estabelecendo o mecanismo da censura a posteriori, ou seja, a punição dos excessos cometidos, nos termos da legislação vigente.” (MELO, 2003:23)

No contexto nacional, temos os primeiros jornais marcados pela sua produção monolítica, ou seja, apenas uma pessoa confeccionava todo o produto, o que gerava a disseminação de uma única opinião em todo o veículo. Melo (2003) cita como exemplo o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, e o *Sentinela*, de Cipriano Barata.

A fase predominantemente opinativa da imprensa brasileira durou, segundo Beltrão (1980), desde o período regencial até a década de XIX. Neste período ocorre a Revolução Industrial e o jornal passou a ser visto como um produto empresarial, adotando os padrões norte-americanos de agilidade, eficácia e objetividade. E estes padrões não condizem com a expressão opinativa, já que esta requer mais tempo e preparo do jornalista para a elaboração da matéria.

Embora a fase áurea da imprensa opinativa tenha acabado, ainda há nos jornais contemporâneos espaços dedicados a manifestação da opinião. Hoje, diferentemente da época de Hipólito da Costa, a opinião no jornalismo encontra, no jornalismo, uma diversidade de idéias, devido ao modo de produção das grandes empresas midiáticas. Porém, ainda há as limitações da linha editorial de cada veículo, ou seja, um conjunto de noções que a empresa jornalística toma

como base. Uma explicação para esta diversidade é de que “As condições de produção do jornalismo atual exigem a participação de equipes numerosas, donde a impossibilidade de controle total do que se vai divulgar” (MELO, 2003:101)

Atualmente, os gêneros opinativos têm a internet como um meio fértil para sua propagação. Instituições jornalísticas, como a *Abril*, já hospedam blogs de seus colaboradores. Nestes meios a opinião pessoal do autor é que controla o conteúdo.

Os jornais tradicionais também possuem sua versão online e neste meio o jornalismo opinativo pode agir com mais liberdade, pois, “há espaço para uma abundância de dados (não há o constrangimento das limitações físicas)” (BERTOCCHI, 2005:9). Além disso, Bertocchi (2005) também afirma que o processo webjornalístico é marcado pela intercomunicação de muitos para muitos, o que cria um contato mais direto com o público, que também pode deixar sua opinião e assim criar um diálogo entre colaborador e leitores, contribuindo para a diversidade de ideias.

Apesar da constante mutação que o jornalismo, e conseqüentemente o modelo opinativo, sofre a cada ano e, principalmente com o advento da internet, o estudo dos gêneros virtuais ainda não encontrou uma teoria própria. Portanto, os produtos deste meio são analisados sob o viés dos gêneros opinativos impressos, pois estamos de acordo com a seguinte afirmação:

“Acreditamos que os formatos do ciberjornalismo tendem a ser formar a partir dos modelos do jornalismo impresso, num primeiro momento. Isso acontece porque o jornalismo nasce vinculado ao meio papel e é no jornalismo impresso que existem as referências teóricas e práticas mais consolidadas.” (BERTOCCHI, 2005:10)

Após estas explanações podemos partir para os estudos dos gêneros jornalísticos opinativos, desenvolvidos no Brasil, pelos teóricos Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (2003).

1.2 Os gêneros opinativos no Brasil

A classificação dos produtos em gêneros obedece a critérios sociais e culturais, sendo assim, cada época e cada sociedade possui uma classificação própria. Na contemporaneidade a tipificação dos gêneros jornalísticos mais próxima da realidade brasileira é a proposta por Melo (2003), responsável pela atualização da classificação de Beltrão (1980) e com o qual compartilha algumas especificações.

Para classificar os gêneros opinativos Melo (*op. cit.*) observou a estrutura dos relatos dos textos midiáticos:

“Não nos referimos especificamente à estrutura do relato do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade. Tomamos em consideração a articulação que existem do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura).” (MELO, 2003:64)

Assim, o autor define oito formatos: editorial, comentário, resenha/crítica, artigo, crônica, coluna, caricatura e carta. Já a classificação de Beltrão (1980) guia-se pelo senso comum que rege a profissão do jornalista, obtendo os gêneros: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Entre os gêneros propostos por Melo (*op. cit.*) para o jornalismo opinativo temos as seguintes semelhanças aos de Beltrão (*op. cit.*): editorial, artigo, crônica, carta e caricatura. No entanto, os dois últimos recebem nomes diferentes na classificação de Beltrão, chamando-se, respectivamente, opinião ilustrada, que engloba outros elementos além da charge, e opinião do leitor, também mais amplo do que a carta. Desta forma, podemos observar que os gêneros resenha, coluna e comentário estão presentes apenas na obra de Melo (*op. cit.*).

Embora este trabalho tenha como objetivo se deter no gênero artigo, uma breve explanação sobre os outros gêneros torna-se importante, pois, como afirma Bonini (2003), as análises de gênero no campo jornalístico são feitas através da oposição entre os demais. Portanto, passemos ao estudo dos gêneros editorial, crônica, caricatura (e opinião ilustrada), carta (e opinião do leitor), resenha, coluna e comentário; para depois iniciar as explanações acerca do gênero opinativo artigo.

O gênero editorial recebe características semelhantes nas duas obras verificadas e é observado como a matéria, normalmente não assinada, que expressa a opinião oficial da empresa jornalística sobre certo assunto. Isto não significa que a opinião do proprietário do jornal será colocada no editorial, mas sim o que pensa o consenso responsável pela organização da mídia em questão.

Já a crônica é vista como o mais literário dos gêneros jornalísticos. Seu surgimento encontra-se ligado as publicações periódicas de poetas e ficcionistas que viam na imprensa uma forma de se manter financeiramente e de divulgar suas obras. Assim, a crônica é vista como um

relato da atualidade feito de forma mais sensível, situando-se em uma fronteira entre o jornalismo e a literatura.

Apresentando-se de forma diferente dos gêneros anteriores, temos a caricatura e a opinião ilustrada, que é a crítica feita através de desenhos ou fotografias, estas últimas no caso específico da opinião ilustrada, podendo ou não figurar ao lado de textos.

Aparecendo também na obra dos dois autores, temos os gêneros próprios para a expressão da opinião do leitor. Melo (2003) opta por denominá-lo de carta, enquanto Beltrão (1980) prefere a nomenclatura genérica de opinião do leitor. A diferença entre ambos encontra-se no fato de que Beltrão (1980) também considera como espaço do leitor as modalidades de entrevista, enquete e depoimento. Enquanto Melo (2003) vê estas situações como captadoras de informação e não como meios para difusão de opinião.

Quanto aos gêneros presentes apenas na obra de Melo (2003) temos a resenha, a coluna e o comentário. A primeira é a manifestação crítica a respeito de produtos da indústria cultural, ela é feita de modo mais informal do que um ensaio acadêmico, mas exigindo do jornalista conhecimentos específicos sobre os produtos dos quais deseja falar.

Enquanto isso, a coluna representa o espaço destinado a uma miscelânea de informações, sendo comum a presença de notícias recentes que ainda não passaram por uma checagem mais aprofundada. Melo (2003:140) usa a seguinte definição para este gênero: “Trata-se, portanto, de um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência. Na verdade, a coluna cumpre hoje uma função que foi peculiar ao jornalismo impresso antes do aparecimento do rádio e da televisão: o furo.”

Já o comentário encontra-se ligado a uma notícia e procura explicá-la, fornecendo detalhes sobre suas causas, consequências e alcance. Melo (2003) caracteriza o comentarista como um jornalista especializado em determinado assunto e com boa carga cultural, o que o permite expressar a sua opinião, porém esta nem sempre é explícita.

O último gênero a ser discutido será o artigo. No entanto, como suas especificações requerem uma abordagem mais detalhada para esta pesquisa, será o objeto de estudo da próxima etapa, onde serão abordados, de forma mais abrangente, aspectos discutidos tanto por Melo (2003) quanto por Beltrão (1980) para este gênero.

1.3 Especificidades do gênero artigo

Para a análise do *corpus* desta pesquisa será utilizada a descrição do gênero jornalístico opinativo artigo. A definição de artigo aqui utilizada será a estabelecida “como um gênero específico, uma forma de expressão verbal. Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião.” (MELO, 2003:121).

Este se caracteriza por dois elementos principais: a atualidade e a opinião. No entanto, a atualidade não se refere apenas ao cotidiano e sim ao momento histórico vivido, sendo este fator o diferencial do artigo em relação ao comentário, pois, enquanto este analisa os fatos em quanto eles ocorrem, os artigos procuram captar os aspectos mais duradouros dos acontecimentos.

Quanto à opinião, o produtor do artigo deve manifestá-la durante a argumentação e não deixá-la implícita, pois no artigo o autor tem a liberdade (e o dever) de expressar sua própria voz. Melo (2003) destaca que esta é a maior característica do gênero: o ponto de vista exposto por alguém.

O perfil dos articulistas é discutido por Beltrão (1980), ele propõe que os autores de artigos costumam ser intelectuais, escritores que se especializam em algumas áreas e que possuem credibilidade junto à empresa jornalística e também à sociedade. Além disso, suas ideias e opiniões devem interessar ao público e também aos objetivos desejados pelo editor.

Melo (2003) destaca duas formas de se subdividir os artigos. O artigo propriamente dito e o ensaio, a diferença entre ambos é visível pela extensão, sendo a do ensaio superior a do artigo. Mas suas diferenciações mais relevantes devem-se ao tratamento dado ao tema e a forma de argumentação.

No artigo, a subdivisão, o tratamento é mais provisório, pois o assunto é abordado enquanto ainda está ocorrendo. Além disso, sua argumentação é baseada no conhecimento e na sensibilidade do articulista. Já no ensaio tem-se uma escrita posterior ao fato, possibilitando uma abordagem definitiva do tema. Quanto à argumentação nota-se o apoio em fontes de alta credibilidade e a legitimação da opinião por meio destas.

A segunda forma de subdivisão coloca os artigos, o gênero, em duas categorias, os de divulgação científica e os doutrinários. O artigo de divulgação científica procura mostrar descobertas relacionadas às ciências ou educar o leitor a respeito de novas formas de

conhecimento. Enquanto os doutrinários abordam uma questão da atualidade sugerindo uma forma de analisá-la.

Melo (2003) não faz nenhuma menção quanto à periodicidade destas contribuições, dizendo apenas que elas podem ser esporádicas, mas sem negar a hipótese de uma presença constante de um articulista. Desta forma, não vai contra a produção de artigos periódicos citada na obra de Beltrão (1980).

Embora possua subdivisões, o processo para a elaboração de um artigo é sempre o mesmo. Ele passa sempre por três etapas: busca de um assunto que motive e proporcione uma argumentação; ordenação das ideias e a elocução, ou seja, o ato de escrever aquilo que já se pensou. Todas as etapas são formuladas de acordo com a opinião e a forma de argumentação almejada pelo articulista.

Ainda que este tipo de opinião seja tão precioso para a imprensa, Melo (2003:129) destaca que “se, no passado, o espaço aberto para a colaboração dos intelectuais era maior, na imprensa brasileira, hoje ele se reduz pela própria tendência que assume o jornalismo impresso de se pautar por modelos industriais de eficiência e profissionalismo.”

Desta forma, as pesquisas neste campo podem vir a contribuir para a disseminação deste formato dentro do meio acadêmico e, conseqüentemente, na retomada dos artigos dentro da prática jornalística, pois os novos profissionais, quando devidamente instruídos pelas universidades, são capazes de modificar os padrões da imprensa.

Ao atingir o meio social, os artigos não podem ser vistos como simples textos, pois compreendem, além de meras palavras, um aporte social e será dotado de sentido de acordo com os eventos sócio-históricos que se ligam a ele. Desta forma, ele pode ser compreendido como discurso. Veremos a seguir o que isto significa.

1.4 Os artigos opinativos como discurso

Os artigos opinativos podem ser vistos sob duas óticas: como textos e como discurso. No primeiro caso temos um objeto linguístico, ou seja, um lugar onde se manifesta a linguagem, mas que pode ser analisado de forma distanciada de seu contexto social. Já ao se estudar o discurso, temos como base a definição proposta por Marcushi (2003) que entende o discurso como uma produção linguística ligada ao seu papel sócio-histórico.

Desta forma, o discurso compreende:

“O texto como a interação, reenviando a um objeto empírico, selecionado ou transcrito para a análise, indissociável do contexto que ele contribuiu para forjar, e caracterizado não pelas determinações exteriores mas pelas dimensões que o próprio discurso marca reflexivamente como pertinentes. O discurso é o lugar da observabilidade da língua em sua atualização num contexto empírico.”
(MONDADA, 1994 *apud* MARCUSHI, 2003:4)

Assim, observamos que a linguagem, ao se manifestar em um discurso, não é apenas um veículo que carrega palavras desprovidas de intenções. Ela torna-se um meio para a transmissão de pontos de vistas, de conceitos e ideias que se formam a partir da interação e a interpretação da sociedade. Ou seja, através do discurso o autor pode disseminar na sociedade aquilo que deseja, para isto só precisa analisar quais as melhores estratégias para convencer o seu público.

Tendo em vista esta distinção entre texto e discurso, podemos concluir que o estudo do discurso para a interpretação dos produtos midiáticos, que sofre forte influência social, são mais vantajosos para que se chegue a conclusões mais próximas da realidade e não a dados sem sustentação no real.

Associando os estudos do discurso aos gêneros temos o fato de que esta própria forma de se classificar é um produto do estudo do discurso, pois, como define Bakhtin (1997 *apud* Perles, 2006), os gêneros são caracterizados de acordo com a esfera social na qual existem, ou seja, os fatores sociais e históricos são levados em consideração ao se fazer tal classificação. Este fator é considerado tanto por Melo (2003) quanto por Beltrão (1980), já que ambos rejeitam as classificações estrangeiras para estabelecer um estudo ligado à sociedade brasileira.

Ao se tomar os artigos opinativos como discurso, seu estudo exige uma análise da realidade na qual ele foi elaborado, suas condições de produção, informações sobre o autor, do público alvo que se quer atingir e também do contexto sócio-histórico que deu origem aos artigos.

Além disso, por se tratarem de produtos midiáticos pautados pela atualidade, é necessário um estudo sobre o que ocorria na imprensa durante o período no qual foram escritos. Pois os artigos, normalmente, repercutem informações que estão presentes na mídia, mas sob um ponto de vista explicitamente crítico.

1.5 Considerações finais

Ao se analisar os diferentes gêneros jornalísticos, devemos ter em mente as dificuldades de se classificar um produto, pois, como ressalta Melo (2003) um mesmo texto pode conter estruturas presentes em mais de um gênero. Além disso, o mesmo autor lembra o processo dinâmico que move a imprensa e altera a cada dia suas formas de produção de conteúdo, enquanto as pesquisas teóricas têm sempre um ritmo mais lento.

Portanto, embora o aporte teórico deste trabalho se sustente no gênero artigo, ressalvas serão feitas quando e se necessárias, principalmente por se tratar de uma adaptação de gêneros impressos para a imprensa eletrônica.

Quanto ao gênero estudado a principal característica a ser destacada é a emissão de uma opinião extra-oficial, ou seja, não é necessariamente compartilhada pela empresa jornalística, marcada pela argumentação e pelo aporte teórico, seja acadêmico ou empírico, necessário para a construção de um artigo.

Os artigos são capazes de democratizar a opinião, como ressalta Melo (2003) trazendo novas formas de se ver um determinado acontecimento. É devido a isto e a sua forte presença argumentativa que este gênero opinativo foi escolhido, pois supera as limitações do jornalismo tradicional e trazem importantes contribuições para a imprensa na nacional.

Para estudar os artigos, o viés escolhido foi o da nova retórica de Chaim Perelman (1996). Assim, partiremos para a discussão a respeito das teorias da argumentação ligadas à nova retórica para que possamos analisar como a opinião é colocada no discurso midiático, quais os artifícios são utilizados, que tipos de argumentos são utilizados e como se dá a construção argumentativa nos artigos.

CAPÍTULO 2 – RETÓRICA E TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO

2.0 Considerações iniciais

O surgimento dos estudos em retórica veio para se contrapor à exatidão das ciências lógicas, consideradas como únicas detentoras da razão. Nestas, os argumentos podem ser verificados e comprovados e aqueles que não seguem este padrão são relegados a um segundo plano e não considerados como indignos de uma discussão norteada pela razão. Na categoria de excluídos encontram-se os valores e ideias subjetivas.

Amparando estes conceitos sem deixar de ser considerada racional, surge então a retórica. Suas primeiras concepções remontam à Grécia Clássica e devem-se aos estudos platônicos e aristotélicos, que deram a esta arte, de acordo com Meyer (2007) dois significados distintos. Os primeiros a classificam como uma manipulação do auditório, ou seja, coloca a retórica como marcada pela emoção e não pela razão, diferenciando-se drasticamente da ideia adotada na contemporaneidade.

A ideia em vigor na atualidade encontra-se ligada aos estudos aristotélicos da retórica, que a definem como a exposição de argumentos destinados a persuadir determinado público. Estes estudos serviram como base para a criação de um pensamento adaptado à sociedade moderna, chamado de Nova Retórica, que servirá como teoria e metodologia para esta pesquisa.

Embora outras teorias a respeito da retórica tenham sido cunhadas na modernidade, como as de Plebe & Emanuele e de Tollumin, consideramos que a Nova Retórica, proposta por Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), servirá melhor aos fins deste trabalho. Isto se dá porque esta vertente se ocupa de um ramo específico da retórica: as teorias da argumentação, que será também o ponto discutido por nós.

Para iniciar nossos estudos, iremos expor os conceitos básicos da Nova Retórica, para que assim possamos compreender melhor a classificação e os modelos adotados por Perelman & Olbrechts -Tyteca (2005) para os argumentos.

2.1 Conceitos básicos da nova retórica

As teorias da Nova Retórica tratam mais aprofundadamente de um ramo específico desta arte: a argumentação. Embora este seja um dos vértices mais importantes, vale lembrar que Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) não se preocupam em fornecer longos conceitos para as relações entre *ethos*, *pathos* e *logos*³, que são tratados por outros teóricos. Assim, nos deteremos em abordar os aspectos discutidos pela Nova Retórica, sabendo de suas limitações.

Além desta limitação, os autores falam que “nosso tratado só versará sobre recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos” (PERELMAN & OBRECHTS-TYTECA 2005:8). Assim, são rejeitadas provas coercivas, experimentais e analíticas, pois elas se extinguem em si próprias ao estabelecer suas verdades através da força ou de juízos concretos.

Partindo deste ponto de vista, temos que o discurso retórico apresenta-se como uma sequência de argumentos que visam comprovar uma determinada opinião que não é suscetível de provas analíticas, devido ao seu teor subjetivo. O autor coloca a seguinte definição:

“A retórica, em nosso sentido da palavra, difere da lógica pelo fato de se ocupar não com a verdade abstrata, categórica ou hipotética, mas com a adesão. Sua meta é produzir ou aumentar a adesão de um determinado auditório a certas teses seu ponto inicial será a adesão desse auditório a outras teses.” (PERELMAN, 2007:70)

Perelman (2005) expõe que os argumentos utilizados na retórica são da categoria do opinável e não do verossímil, através deles o locutor procura ganhar a adesão de seu auditório. Para isto, o orador deve sempre interagir com o público, buscando captar suas peculiaridades e assim, moldar seus argumentos. Além disso, o orador também deve ser bem querido pelo público que deseja atingir, pois desta forma suas ideias serão aceitas com mais facilidade.

A Nova Retórica enfatiza de forma veemente a importância do auditório, pois todo o trabalho do locutor deve ser feito em função deste. No entanto, no caso dos discursos escritos, torna-se difícil delimitar um público específico⁴, pois se trata de uma situação onde emissor e receptor não compartilham o mesmo tempo e espaço, sendo difícil a utilização de adaptações para

³ De acordo com Meyer (2003) Ethos refere-se ao modo como o orador se coloca no discurso, Pathos diz respeito a emoção envolvida durante uma explanação e Logos demonstra o aspecto racional colocado em questão.

⁴ Apesar da dificuldade em se limitar o público, é possível fazer uma suposição através da análise do discurso do autor. No caso de Hélio Schwartzman podemos projetar que o público-alvo é composto por pessoas da classe A e B e com maior formação intelectual e cultural.

cada leitor. Nestas situações, a criação de um público-alvo é indispensável e, para tanto, o locutor pode se utilizar de diferentes pontos, como classe social e escolaridade.

2.2 Aspectos relevantes para a argumentação

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) definem alguns elementos que podem auxiliar na elaboração de um discurso argumentativo e que, portanto, devem ser verificados quando os tomamos como objeto de pesquisa. Estes elementos são chamados de premissas para a argumentação e estudá-los pode auxiliar na compreensão das estratégias adotadas pelo locutor durante sua argumentação. Portanto, analisaremos brevemente os pontos considerados mais importantes para este trabalho.

Antes de iniciar a elaboração da argumentação, o locutor deve levar em conta as opiniões adotadas pelo seu auditório, assim, Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) postulam seis itens que, se devidamente observados, podem auxiliar na persuasão⁵ do público. Eles são divididos em: relativos ao real e relativo ao preferível.

As premissas relativas ao real são usadas quando o público levado em consideração é abrangente, sendo chamado de auditório universal; elas são: os fatos, as verdades, as presunções. Já as relativas ao preferível podem ser utilizadas quando se trata de um auditório especializado, elas são os valores, a hierarquia e os lugares.

Os fatos são compreendidos como um dado ou acontecimento que o auditório aceita como inegável. Compartilhando deste mesmo conceito temos a noção de verdade. No entanto, ela se diferencia dos fatos por ser mais complexa do que estes ao se constituir como uma teoria aceita que pode ser utilizada para a comprovação ou determinação de algo.

Facilmente confundida com os fatos temos também a noção de presunções. Elas são opiniões partilhadas pelo senso comum, consideradas normais, e que podem ser tomadas como base de um discurso. Entretanto, diferentemente dos fatos, requerem uma argumentação posterior que as reforce. Ao se tratar das presunções, o locutor deve ter em mente que o normal é um conceito variável e pode não ser aceito por todos os auditórios.

⁵ Alguns estudos na retórica tomam como diferentes as noções de persuadir e convencer, colocando que persuadir é levar a fazer alguma coisa, mesmo que não a considere correta, enquanto convencer é fazer com que alguém tome partido de uma idéia. No entanto, os conceitos da Nova Retórica tomam as duas noções como idênticas e as definem o ato de aderir uma idéia ou argumento.

Valendo-se da ideia de que o normal costuma ser aceito com mais facilidade, os autores destacam a importância de sua utilização, pois:

“O mais das vezes, entretanto, o orador só pode contar para suas presunções, com a inércia psíquica e social, que, nas consciências e nas sociedades, corresponde à inércia na física. Pode-se presumir, até prova em contrário, que a atitude adotada anteriormente – opinião expressa, conduta preferida – continuará no futuro, seja por desejo de coerência, seja em virtude da força do hábito.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005:119).

Desta afirmação também se pode concluir que o preceito da não negação é válido tanto para a postura adotada pelo auditório como pelo locutor, ou seja, o locutor pode se pautar no conceito de que o auditório não vai mudar facilmente seu senso comum sem que antes seja conduzido por uma boa argumentação. Mas também deve ter em mente ele, o locutor, ao assumir uma premissa não poderá negá-la posteriormente sem o risco de ser desacreditado.

Já os valores representam condutas e posicionamentos que são aceitos ou negados por um grupo. Servindo a eles temos a hierarquia, que se constitui na elaboração de uma escala que define o que é considerado mais ou menos importante. Todavia, é preciso ressaltar que a hierarquização também pode ser adotada por outros elementos além dos valores, como acontecimentos, modelos, entre outros, que podem ser colocados em uma ordem de importância.

Ao tomar como base os elementos que o locutor pode considerar na argumentação cria-se um conjunto de dados que deve ser escolhido e organizado previamente de modo a facilitar a persuasão. Além disso, os dados selecionados devem ser apresentados sob o ponto de vista desejado de forma que não suscitem muitas interpretações diferentes da planejada.

Assim, os vários elementos escolhidos pelo locutor para a elaboração do discurso interagem entre si formando diferentes formas de argumentos que, de acordo com a situação, visam produzir determinados efeitos. Estudaremos a classificação dos argumentos no próximo tópico.

2.3 Técnicas argumentativas e classificação dos argumentos

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) dividem os argumentos em dois grupos de técnicas: as de ligação e as de dissociação. Nos argumentos de ligação, elementos distintos são aproximados visando uma melhor estruturação ou valorização de um pelo outro. Já no processo

de dissociação os elementos que antes faziam parte de um todo são separados, modificando o que havia sido dito através da reconstituição dos elementos chave de determinado discurso.

A partir destes esquemas tem-se a formação de quatro tipos argumentativos, os argumentos quase-lógicos, os baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real - todos pertencentes ao grupo das técnicas de ligação - e os argumentos de dissociação - caracterizados pela técnica homônima. Dentro de cada um destes grupos há vários tipos de argumentos, estudaremos agora cada um deles separadamente para compreendermos seus elementos. Forneceremos ao final de cada grupo uma grade⁶ com exemplos e, quando necessário, também os utilizaremos no decorrer da explicação.

2.3.1 Os argumentos quase-lógicos

Os argumentos quase-lógicos têm esse nome por serem semelhantes às estruturas do raciocínio lógico. No entanto, utilizam uma linguagem mais comum e um raciocínio sem base empírica real, causando mais interpretações do que quando se usa a linguagem formal. Dentro desta modalidade veremos os seguintes tipos de argumentos: de contradição, de comparação, ridículos, pelo sacrifício, de reciprocidade, de definições, de transitividade, de inclusão da parte no todo, de justiça e de probabilidade.

No primeiro caso temos como argumento a apresentação, através de duas ou mais afirmações diferentes, de uma contradição dentro de um sistema, tornando-o incoerente e levando a escolha de uma posição ou à renúncia de todas. Já o argumento de comparação é utilizado para comparar dados tomando um em relação ao outro, visando à oposição, quantificação e ordenamento.

Os argumentos ridículos podem ser comparados à noção do absurdo na lógica clássica, ou seja, uma afirmação é completamente incompatível com o que é aceito pelo auditório. Sua principal utilização se dá através da ironia.

No argumento de sacrifício há uma avaliação sobre as consequências daquilo que se pensa em executar. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) citam como exemplo o caso de um alpinista

⁶ Todos os exemplos utilizados serão retirados do livro Tratado de Argumentação, de Chaim Perelman & Olbrechts-Tyteca, publicado em 2005, pela editora Martins Fontes. Pedimos atenção do leitor, pois, para não exceder os limites do trabalho não podemos colocar todo o contexto que envolve os argumentos. Portanto, alguns exemplos requerem um pouco mais de atenção para a sua compreensão.

que ao se deparar com uma montanha procura lembrar o esforço que terá de fazer para escalá-la. Neste tipo de argumentação o valor do sacrifício é de grande importância para a força do argumento.

Quando se usa os argumentos de reciprocidade pretende-se estabelecer um mesmo parecer sobre situações parecidas. As utilizações destes argumentos “resultam de uma apreciação sobre a importância dos elementos que distinguem situações, julgadas, entretanto, simétricas num determinado ponto de vista.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005:257).

Já através dos argumentos de definições pretende-se identificar os vários elementos que estão presentes no discurso. Os quatro tipos de definições para a retórica são: as normativas (diz a forma na qual uma palavra é usada), as descritivas (prega o sentido conferido a uma palavra em determinado meio e momento), as de condensação (usadas para indicar os elementos essenciais da definição descritiva) e as complexas (que combinam elementos das três outras espécies). Deve-se ainda observar que as definições podem tanto servir como argumentos quanto serem justificadas através deles.

Os argumentos de transitividade permitem que se façam sequências de relações entre dados. Tomemos como exemplo os dados A, B, C e D; se há uma relação entre os termos A e B e esta mesma relação opera entre C e D, o argumento de transitividade faz uso disto para concluir que entre A e D também existe esta relação. Estes argumentos são facilmente contestáveis e podem operar em relações de igualdade, superioridade, ascendência e inclusão.

No argumento de inclusão da parte no todo, podemos observar a formação de um conjunto a partir de determinados elementos ou ainda a inclusão de um elemento dentro de um conjunto já pressuposto.

Quando se dá um tratamento idêntico a seres idênticos, temos a aplicação do argumento de justiça. No entanto, os objetos nunca são totalmente idênticos, portanto, o grande problema deste argumento é verificar se as diferenças existentes são ou não relevantes para cada caso.

Por fim, os argumentos de probabilidade pautam-se pelo provável. Neste caso, o locutor faz um suposto cálculo de probabilidade e assim define se um dado é válido ou não. Este tipo de argumentação parece fornecer um caráter empírico ao discurso. No entanto, exige que uma série de acordos sejam firmados entre locutor e auditório para que se torne válido.

Para melhor compreensão podemos observar os exemplos:

Grade 1 – Exemplos de argumentos quase-lógicos

De contradição	“... os qualificativos “imediate e honrosa” tornam-se então incompatíveis. Devemos nesse caso escolher um dos termos da alternativa; se adotamos a moção, não podemos ter uma paz “imediate e honrosa”. – Pitt
De comparação	“É o mesmo crime roubar o Estado ou praticar larguezas contrárias ao interesse público.” - Cícero
Pelo ridículo	“... neutralidade que foi tão bem sucedida por duas vezes na Bélgica.” - Reynauld ao ironizar a postura de neutralidade da Bélgica que, na realidade, não trouxe benefício algum ao país.
Pelo sacrifício	“Há provavelmente um fim e somente um, para o qual o uso da violência por um governo é benfazejo, e é o de diminuir o montante total da violência no mundo.” - Russell
De reciprocidade	“Pouca coisa nos consola, porque pouca coisa nos aflige.” - Pascal
De definições	“... aquilo cuja essência envolve a existência, ou aquilo cuja natureza só pode ser conhecida como existente.” - Spinoza definindo seu conceito de “causa de si”.
De transitividade	“Os amigos de nossos amigos são nossos amigos.” – Ditado popular
De inclusão da parte no todo	“Nada do que é permitido pela lei a toda Igreja, pode, por algum direito eclesiástico, tornar-se ilegal para algum de seus membros.” - Locke
De justiça	“Essas frações de homens, que não têm mais do que pedaços de carne, recebem a mesma quantidade de alimentos que os prisioneiros em perfeita posse de seus corpos. É uma grande injustiça. Proponho que esses prisioneiros recebam rações alimentares proporcionais à quantidade de corpo que ainda possuem.” - Gheorghiu
De probabilidade	“Se há apenas uma verdade, um caminho para ir ao céu, que

	<p>esperança haverá de que mais pessoas a ele serão conduzidas, se não têm outra regra além da religião do príncipe e é-lhes imposta a obrigação de abandonar a luz de suas próprias razões... o estreito caminho ficaria muito apertado; um único país teria a verdade...” – Locke.</p>
--	--

Estudaremos agora o conjunto de argumentos baseados na estrutura do real.

2.3.2 Os argumentos baseados na estrutura do real

Os argumentos baseados sobre a estrutura do real são aqueles que se utilizam da realidade para criar vínculos entre dados admitidos e os que se quer justificar. Para agir desta forma, criam-se ligações de sucessão (causa e efeito) ou de coexistência entre certos elementos permitindo que se sustente sobre eles uma argumentação. Os argumentos que estudaremos nesta categoria são: de vínculo causal, de desperdício, de direção, de superação, pragmático, de autoridade, de hierarquia dupla e de diferença entre grau e ordem. Falaremos brevemente de cada um deles.

Temos três formas principais de manifestação do argumento de vínculo causal. A primeira diz respeito à relação entre dois acontecimentos, a segunda quando se pode argumentar a partir da causa de um fato e a terceira quando se faz o mesmo a partir do efeito. Este tipo de argumento é guiado pela racionalidade dos atos humanos, assim, opera com reações, causas e efeitos esperados pelo racional.

Os argumentos de desperdício postulam que é mais vantajoso terminar algo que já se começou, neste sentido, o argumento pode referir-se não somente ao que uma pessoa iniciou, mas sim ao ato que já vem sendo praticado pela sociedade, cabendo a cada um apenas dar continuidade.

Já nos argumentos de direção temos um caminho a ser seguido para a busca de um objetivo. Desta forma, se desejamos chegar de A a C, devemos levar em conta B, que é o caminho pelo qual devemos passar para facilitar a conclusão C. Através deste argumento podemos decompor um fim em pequenas metas que levarão a ele.

Enquanto isso, o argumento de superação insiste que se deve ir cada vez mais longe. Um exemplo para este argumento é a expressão popular “*quanto mais, melhor*”. Neste tipo de

argumentação a importância maior está menos na direção final do que se aponta e mais nos valores que ela pode dar aos temas que realmente interessam ao debate.

A utilização dos argumentos pragmáticos é feita para valorização ou desvalorização de um ato de acordo com suas consequências. Temos para estes argumentos as exemplificações, “a desvalorização de uma norma, ao mostrar que ela deriva de um costume primitivo do homem, porque ele descende dos animais; a valorização dos filhos, em razão da nobreza dos pais.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 302).

Nos argumentos de autoridade há a utilização de atos ou dizeres de uma pessoa ou meio, que pode ser tomado como modelo, para justificar outros procedimentos. Freitas (2002) coloca que este tipo de argumento é normalmente utilizado para complementar uma argumentação e que uma mesma autoridade pode ser valorizada ou desvalorizada de acordo com a opinião do locutor.

Apesar de fazer parte dos acordos que norteiam o discurso, as hierarquias também servem como forma de argumentação. Assim, através dos argumentos de hierarquia dupla o locutor questiona o posicionamento dos termos dentro de uma escala. Estes argumentos são mais importantes quando os elementos da hierarquia não podem ser mensurados de maneira exata.

A última forma de argumentação baseada na estrutura do real que estudaremos é a dos argumentos que apresentam a diferença entre grau e ordem dentro de uma hierarquia. Antes de explicá-lo vamos entender os dois conceitos expostos: no caso da ordem temos uma situação na qual há uma ruptura entre um estado atual para o outro; já o grau trata de termos pertencentes a uma mesma ordem com diferentes posições em termos de escala.

Quando estes termos se relacionam temos uma argumentação que pode ser explicada da seguinte maneira:

“A introdução de considerações relativas à ordem, resultem elas de oposição entre uma diferença de grau e uma diferença de natureza, ou entre uma diferença de modalidade e uma diferença de princípio, tem o efeito de minimizar as diferenças de grau, de igualar mais ou menos os termos que só diferem entre si pela intensidade e de acentuar o que os separa de termos de outra ordem. Em contrapartida, a transformação de diferenças de ordem em diferenças de grau produz o efeito inverso; ela aproxima, uns dos outros, termos que pareciam separados por uma barreira intransponível e ressalta a distância entre os graus.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005:392).

Desta forma, podemos misturar concepções de ordem e de grau, buscando uma conclusão diferente, como exemplos temos a mistura entre a ordem do espiritual e do material, em que se colocam itens destes grupos dentro de um mesmo conjunto, mas com graus diferentes.

A seguir temos a grade de exemplos:

Grade 2 – Exemplos de argumentos baseados na estrutura do real

De vínculo causal	“... uma metade de Roma pretende que Guido Franceschini estava dormindo no momento da partida da sua mulher, porque esta o havia drogado; a outra metade de Roma sugere que Guido simulava o sono, para não ter de intervir.” – Perelman & Olbrechts-Tyteca sobre a utilização dos argumentos no livro <i>The ring and the book</i> , de R. Browning.
De desperdício	“... porque nos lembramos que isso proporciona satisfação e prazer ao Senhor do jardim...” - Santa Teresa lembrando os benefícios da oração, para afirmar que as pessoas devem continuar a rezar mesmo nas dificuldades.
De direção	“Devemos dizer então que as reflexões do agente sobre a maneira inteligente de comportar-se exigem que ele reflita primeiro na melhor maneira de refletir sobre o modo de agir?” – G. Ryle
De superação	“Que estejamos em maior segurança hoje, não só eu admito, mas até pretendo que as perspectivas melhoram dia a dia, e que essa segurança está cada vez mais garantida.” – Pitt
Pragmático	“Jamais se poderá estabelecer ou salvaguardar nem a paz, nem a segurança, nem sequer a simples amizade entre homens, enquanto prevalecer a opinião de que o poder é fundamentado sobre a Graça e de que a religião deve ser propagada pela força das armas.” – Locke
De autoridade	“Mas ela sabe ler, não é? Está em todos os jornais.” – Fun Fare.
De hierarquia dupla	“Enquanto apraz aos bárbaros viver sem se preocupar com o amanhã, os nossos desígnios devem considerar a eternidade dos

	séculos.” – Cícero
De diferença entre grau e ordem	“Há animais intermediários entre as plantas e os animais com as esponjas marinhas, fixas como as plantas, porém sensíveis, à maneira dos animais. Há o macaco, que não se sabe se é bicho ou homem; há a alma intelectual intermediária entre o temporal e o eterno.” – Pomponazzi

2.3.3 Os argumentos que fundam a estrutura do real

Os elementos que fundam a estrutura do real são aqueles nos quais se parte de um caso específico para se criar uma premissa que será tomada como válida para todas as situações. Perelman & Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*) colocam como argumentos que fundam a estrutura do real: o exemplo, a ilustração, o modelo e a analogia.

Os argumentos que fazem uso do exemplo permitem que se estabeleçam comparações entre dados, ou seja, generalizações. Assim, os exemplos são encarregados de fundamentar certo conceito. Sua utilização é feita a partir da mostra de vários casos particulares que podem servir para que se faça uma dedução do caso que se deseja comprovar.

A ilustração também se liga aos casos particulares, mas serve para reforçar uma regra que já é conhecida pelo auditório, ela age “fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência.” (PERELMAN & OLBRECHS-TYTECA, 2005:407).

Já os modelos constituem-se em condutas dignas de imitação. Podem servir como modelos: pessoas, grupos e épocas. Tais entidades estão sujeitas ao controle e, se fogem das regras tidas como aceitas pela sociedade, podem ser condenadas por esta. O conceito de modelos também origina o antimodelo, que vem a ser aquilo que não deve ser imitado. Rauén (2008) lembra que podem ocorrer problemas quando o modelo apresenta pontos errôneos e o antimodelo possui virtudes; o que quase sempre ocorre quando se trabalha com o meio social.

Também pertencente à categoria dos argumentos que fundam a estrutura do real, temos a analogia. Ela se refere ao emprego de semelhanças estrutural entre dados de forma que o dado A esta para o B assim como C está para D. Para melhor compreender estes argumentos utilizaremos

o argumento aristotélico: “Assim como os olhos do morcego são ofuscados pela luz do dia, a inteligência da nossa alma é ofuscada pelas coisas mais naturalmente evidentes”.

Partindo deste exemplo podemos evidenciar os elementos que formam a analogia: o tema e o foro. O tema é o conjunto no qual se encontra a conclusão e, no exemplo, eles são “inteligência da alma” e “evidência”; já o foro são os termos que servem para dar base ao raciocínio, sendo “olhos do morcego” e “luz do dia”. Desta forma podemos observar que o foro serve como ponto de partida para a conclusão tirada sobre o tema.

Vejamos agora mais exemplos para os argumentos que fundam a estrutura do real:

Grade 3 – Exemplos de argumentos que fundam a estrutura do real

Exemplo	“Assim como a única maneira de demonstrar respeito por aquele que sofre de fome é dar-lhe de comer, assim também o único meio de demonstrar respeito por aquele que se pôs fora da lei é reintegrá-lo à lei submetendo-o ao castigo que ela lhe prescreve.” – S. Weil
Ilustração	“As dificuldades é que revelam os homens. Assim, quando sobrevém uma dificuldade, lembra-te de que Deus, como um professor de ginásio, fez-te enfrentar um jovem e rude parceiro.” – Epicteto
Modelo	“O macaco imita o homem, que ele teme, não imita os animais, que despreza; julga bom o que é feito por um ser melhor que ele.” – Rousseau
Analogia	“O homem, comparado a divindade, é tão pueril quanto a criança comparada ao homem.” – Heráclito

Ao finalizar a discussão sobre os argumentos que fundam a estrutura do real, acabamos as técnicas pertencentes à categoria de ligação. Portanto, no próximo tópico estudaremos a única técnica pertencente à categoria de dissociação e que recebe o mesmo nome desta.

2.3.4 Os argumentos de dissociação

O último caso a ser apresentado são as técnicas de dissociação que consistem em negar alguma coisa tomando como base sua incompatibilidade com outras circunstâncias utilizando o método da distinção e diferenciação entre pares, como por exemplo, meio e fim, ocasião e causa, relativo e absoluto e, principalmente o par realidade e aparência. Como exemplo desta forma, tem-se a seguinte explicação:

O bastão, parcialmente mergulhado na água, parece curvo, quando o olhamos, e reto, quanto o tocamos, mas, na realidade, ele não pode ser simultaneamente curvo e reto. Enquanto as aparências podem opor-se, o real é coerente: sua elaboração terá como efeito dissociar, entre as aparências, as que são enganosas das que correspondem ao real. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996:472)

Este exemplo mostra que alguns pares podem ser confundidos, cabendo ao locutor encontrar uma argumentação que os dissocie e assim chegue à conclusão almejada. Os casos de dissociação exigem sempre a presença de dois meios que podem levar a relação de inversão de valores ou fazer com que haja a valorização de um caso em relação ao outro.

Segue abaixo a tabela com outro exemplo para os argumentos de dissociação:

Grade 4 – Exemplo de argumento de dissociação

Dissociação	“... tratar a afirmação de um ideal como uma descrição de fatos e interpretar relatórios sobre situações reais como se elas fossem o ideal a ser buscado.” – McKeon
-------------	---

Com isto acabamos a explanação sobre as técnicas argumentativas e os tipos de argumento. Portanto, passaremos ao estudo dos modos através dos quais estes argumentos podem se interagir em um discurso.

2.4 A interação dos argumentos no discurso

As formas argumentativas estudadas podem ser utilizadas em conjunto dentro de um mesmo discurso, no que Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) denominam interação de

argumentos. Segundo este ponto de vista, uma argumentação deve agir de acordo com o auditório, ou seja, verificar quais os argumentos causam mais impacto sobre eles, pois aqueles considerados bons por uma plateia pode não satisfazer à outra.

A partir deste pressuposto, o locutor pode orientar sua combinação de argumentos, segundo o que se denomina força dos argumentos e “esta é certamente vinculada, de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos do debate em curso.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005:524).

Os autores afirmam ainda que um argumento só é forte se for eficaz, assim, mentiras podem ser usadas para justificar ideias se elas forem eficazes para aquele grupo; ou o locutor pode usar argumentos nos quais nem ele acredita se estes forem úteis para persuadir o auditório.

Ainda sobre a interação dos argumentos temos duas posturas que merecem ser detalhadas: a convergência de argumentos e a amplitude da argumentação. A convergência ocorre quando um grande número de argumentos de diferentes categorias é utilizado para comprovar uma mesma afirmação, esta atitude fortalece a argumentação. No entanto, a convergência demasiada de argumentos pode gerar desconfiança no auditório.

O mesmo pode ocorrer com a amplitude da argumentação. Neste caso, o locutor deve prestar atenção à extensão de seu discurso, pois quanto maior, maiores são as chances de se cometer um erro. “Os paliativos para este perigo são: renúncia ao argumento fraco, uso de reticências, o anúncio inconclusivo do argumento, declaração de solidariedade, uso de concessões ao adversário e negação.” (RAUEN, 2008)⁷.

Para finalizar este tópico veremos brevemente os modos pelos quais os argumentos podem se ordenar, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (*op. cit.*) eles são: a de força crescente, na qual se começa com argumentos fracos que vão progredindo, mas que pode indispor o auditório; a de força decrescente, que começa com argumentos fortes e vai caminhando para os fracos, podendo causar uma impressão final negativa; e a ordem nestoriana, na qual se começa e se acaba com argumentos fortes, sendo considerada a mais adequada.

⁷ Artigo extraído de http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/00_tratado_argumentacao.php, sem a utilização de numeração nas páginas. Acessado em 7 jul. 2009.

2.5 Considerações finais

A partir desta base teórica e metodológica poderemos aplicar os conceitos da teoria da argumentação no jornalismo opinativo. Tal aplicação já vem sendo desenvolvida por outros pesquisadores tanto da área da linguística quanto da comunicação, como exemplo podemos citar os trabalhos de Freitas (2002) e Pereira & Rocha (2005)

Gostaríamos antes de alertar para o fato de que esta explanação não pretende esgotar todos os conceitos desenvolvidos pelos autores. Assim, optamos ainda por não desenvolver algumas formas de argumentação, por serem pouco utilizadas e requerem uma análise mais aprofundada, fugindo do grau de complexidade deste trabalho. Deste modo, privilegiamos os pontos que consideramos mais viáveis para a análise do gênero jornalístico opinativo.

Embora a teoria estudada possa fornecer bons critérios de análise, devemos ressaltar que, como afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), há inúmeras dificuldades em se analisar os esquemas argumentativos de um discurso, visto que as palavras do orador podem estar sujeitas a várias interpretações. Além disso, Pereira & Rocha (2006) lembram que a argumentação vai além do próprio discurso, pois ao receber as informações passadas pelo locutor, o auditório elabora em sua mente outros argumentos.

No entanto, nos deteremos neste trabalho ao estudo do discurso em si e não na recepção dos argumentos por parte do auditório. Portanto, apesar das dificuldades citadas por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), tentaremos, da melhor forma possível, compreender as situações argumentativas no discurso dos artigos do jornalismo opinativo. Como não será feito um estudo de recepção, será impossível estabelecer quais argumentos são fortes e fracos, portanto, não julgaremos os artigos quanto à ordem da argumentação, deixaremos este caminho em aberto para futuras pesquisas que trabalhem mais com o público-alvo dos artigos.

Em posse do material podemos seguir para o próximo capítulo, no qual faremos a análise do *corpus*, tanto do ponto de vista das categorias do gênero jornalístico opinativo quanto das teorias da argumentação. Desta forma, procuraremos contribuir para o aprofundamento das pesquisas na área e para a melhor compreensão jornalismo opinativo dentro da imprensa brasileira.

CAPÍTULO 3 – OS ARTIGOS DE HÉLIO SCHWARTSMAN SOB A LUZ DA NOVA RETÓRICA

3.0 – Considerações iniciais

Antes de iniciarmos a análise do discurso de Hélio Schwartsman com base nos preceitos da Nova Retórica, cabe fazer algumas considerações sobre a adoção do gênero artigo para este *corpus*. Os textos do autor, publicados no caderno online *Pensata*, são assinados e refletem uma opinião pessoal sobre assuntos que interessam ao momento histórico em que vivemos. Desta forma, observamos em seus textos as duas principais características dos artigos, que são a atualidade e a opinião pessoal.

No entanto, estas também podem ser vistas em outros gêneros. Portanto, citaremos brevemente os motivos que levam o *corpus* a não se encaixar dentro destas outras formas. Começaremos pelo editorial, ele é o mais próximo do artigo, no entanto, é feito anonimamente e reflete a opinião de uma empresa e não de uma pessoa, o que não ocorre em nosso *corpus*.

A primeira vista também podemos eliminar os gêneros carta (ou opinião do leitor) e caricatura (ou opinião ilustrada), visto que os textos são puramente linguísticos e escritos por uma pessoa ligada à mídia em questão. Também não figura no discurso de Hélio Schwartsman o viés literário típico da crônica e nem a análise de produtos culturais, como acontece na resenha.

Restam-nos os gêneros coluna e comentário. O termo coluna é o que desperta mais dúvidas quando tomado na noção cotidiana. Porém, devemos lembrar que seguimos os conceitos elaborados por Melo (2003), que a define como um espaço destinado ao lançamento de notas sobre fatos recentes que ainda não foram devidamente especulados, o que a diferencia do *corpus*.

Já o comentário é eliminado pelo fato de não possuir uma opinião explícita. Além disso, ele deve ser associado a uma notícia, o que nem sempre ocorre nos textos de Schwartsman. Embora o autor tome como premissa, em alguns artigos, dados factuais, estes ensejam discussões que se encontram mais ligadas a concepção de atualidade do artigo do que a de notícia.

Com esta explanação satisfazemos o critério de eliminação para as classificações quanto aos gêneros, restando-nos apenas o artigo. Podemos agora refletir sobre quais modalidades de artigos estão presentes no nosso *corpus*: se de divulgação científica ou doutrinários e se ensaios

ou artigos (subdivisão do gênero que é homônima a ele). Faremos isto no próximo tópico, após apresentarmos sinteticamente o assunto de cada um dos artigos que compõe o *corpus*.

3.1 – Apresentação do *corpus*

Para que possamos conhecer melhor os artigos a serem estudados, falaremos brevemente sobre o assunto abordado por cada um deles, situando-os dentro do contexto sócio-histórico no qual foram publicados.

Na primeira coluna apresentamos o título e a data de publicação dos artigos, enquanto na segunda podemos encontrar a temática associada e o contexto na qual se desenvolve.

Grade 5 – Apresentação do *Corpus*

Ciência sob ataque 31/01/2008	Temática: defesa de pesquisas científicas através da distinção entre ciência e religião.
	Contexto: o artigo divide-se em duas situações, a defesa do ensino do criacionismo, feita pela ministra Marina Silva; e a proibição de um estudo que visa rastrear o cérebro de criminosos, buscando marcas que levem à violência.
A fé na ciência 07/02/2008	Temática: distinção entre ciência e religião.
	Contexto: elaborado devido às críticas recebidas pelo artigo anterior (<i>Ciência sob ataque</i>).
Tudo é relativo 21/02/2008	Temática: origens do relativismo das opiniões, tomando com exemplo casos do Oriente Médio.
	Contexto: o artigo parte das declarações feitas sobre Imad Mughniyah, proclamado mártir pelos xiitas e terrorista pelos norte-americanos, para então comentar sobre como as pessoas podem adotar opiniões diversas.
O prazer de perdoar 05/03/2008	Temática: crítica sobre a postura da igreja diante de determinadas pesquisas científicas.
	Contexto: os embates sobre a constitucionalidade ou não

	das pesquisas com célula-tronco dão origem ao artigo que parte também para questões como o aborto e a noção de vida adotada pela igreja.
Clima de Guerra 13/03/2008	Temática: o artigo discute ideias relativas à linguagem, como a hipótese de Sapir-Whorf.
	Contexto: o mote para o artigo é o uso da linguagem nas discussões entre governos latino-americanos. No entanto, este pretexto não ganha importância no decorrer do texto, só servindo mesmo para iniciar a discussão.
O caso Isabella 17/04/2008	Temática: o autor trata dos motivos que levam uma criança a ser mais comovente que um adulto.
	Contexto: desejo das pessoas em saber sobre o assassinato da menina Isabella Nardoni, que causa mais revolta do que o assassinato de um adulto.
O não tão livre arbítrio 01/05/2008	Temática: considerações acerca dos fatores que podem influenciar as decisões humanas, fazendo com que estas não sejam tomadas tão livremente quanto se pensa.
	Contexto: para este artigo o autor não parte de nenhum dado factual, apenas questiona se o homem é ou não livre.

De um modo geral os artigos analisados apresentam inicialmente uma breve explanação sobre o assunto a ser discutido, seguido por uma argumentação, de acordo com os ideais do autor, que enseja um posicionamento final para a conclusão.

Observando a tabela apresentada e a estrutura dos artigos, podemos verificar que, na maioria dos casos, eles partem de premissas factuais para abrir discussões que ainda vigoram na sociedade. Assim, os dados não são vistos sob uma ótica do passado, o que não nos fornece uma abordagem definitiva do tema. Isto seria necessário para a classificação do gênero artigo em ensaio. Além disso, a extensão dos artigos é pequena para que os categorizemos como ensaios.

Desta forma, definimo-los como artigos (a subdivisão), onde o discurso é marcado por uma menor extensão em relação ao ensaio e se pauta mais pela opinião, o conhecimento e a sensibilidade do articulista.

Quanto à esquematização entre doutrinários e científicos, podemos observar que, apesar do laço com a ciência mostrado em alguns dos artigos, todos eles tratam de uma questão atual mostrando um ponto de vista sobre elas, o que os põe na categoria dos doutrinários. No entanto, os artigos *Ciência sob ataque* e o *Prazer de perdoar* apresentam fortes traços de divulgação científica, pois abordam técnicas científicas consideradas atuais, colocando ao leitor um modo de pensar sobre elas.

Tendo em mãos estes dados e também lembrando que os artigos se encontram disponíveis ao final desta pesquisa, podemos dar início à análise da argumentação presente praticada nos artigos de Hélio Schwartzman.

3.2 – Aplicação das teorias da argumentação

Para a análise do *corpus* optamos pela subdivisão em artigos e não em teorias. Este procedimento foi adotado para que pudéssemos analisar separadamente as especificidades de cada artigo e, ao final, pudéssemos comparar os elementos mais marcantes no discurso de um modo geral. Lembramos que para a análise serão utilizadas apenas as teorias já descritas e que, por isso, nem todos os pontos de uma análise retórica da argumentação poderão ser cobertos.

Assim, dentro de cada item deste capítulo, que receberá o nome do artigo do qual irá tratar, estudaremos a utilização da teoria da argumentação de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), conforme apresentada no corpo deste trabalho. Somente teremos como exceção o estudo da interação argumentativa, pois optamos por tratá-lo na conclusão, já que esta teoria requer uma verificação dos dados obtidos na análise e oferece um meio de interpretação dos artigos.

3.2.1 – Ciência sob ataque⁸

O artigo possui dois caminhos de argumentação: no primeiro, o autor busca defender a realização de um experimento científico gaúcho, que visa rastrear o cérebro de criminosos para detectar variações que determinam o caráter do indivíduo. Já no segundo, procura-se mostrar que investidas a favor do ensino do criacionismo vão contra a ciência e são até mesmo inconstitucionais. Os dois casos têm como intenção comum a defesa da ciência.

⁸ O artigo refere-se ao Anexo 1 e encontra-se na página 58.

Como premissa para iniciar a argumentação, podemos citar a presunção de que a ciência é útil para a sociedade e os fatos de que determinados agentes sociais posicionam-se contra alguns avanços na área científica, no caso, a ministra Marina Silva e o grupo que é contra o experimento neurológico. Ambas encontram-se na categoria das premissas relativas ao real, o que pode ser compreendido pela dimensão universal do auditório de Hélio Schwartsman.

Quanto aos argumentos utilizados para a defesa do experimento gaúcho, podemos notar quatro pontos centrais. No primeiro temos o argumento pelo sacrifício, pois o autor avalia as consequências do experimento e as toma como positiva. Este caso pode ser observado na seguinte amostra:

“E, por mais intransigentes que possamos ser na defesa da vida e da pluralidade humanas, nada justifica deixar de realizar um estudo cujos protocolos éticos se mostrem adequados (...). Ele não implica nenhum risco ponderável para as "cobaias" e só ocorrerá se os pesquisadores obtiverem o consentimento esclarecido dos jovens (...) ou responsáveis e também a autorização da Justiça.”

Em seguida vemos um argumento de superação, isto ocorre quando o autor critica toda pessoa que *“se oponha à realização de um experimento capaz de ampliar nosso conhecimento”*, ou seja, deve-se buscar cada vez mais sabedoria e o bloqueio desta superação é algo condenável.

No próximo argumento a postura daqueles que vão contra o experimento é criticada abertamente, pois se afirma que a pesquisa deve ser criticada após seu resultado, segundo o método científico, e não antes de sua execução. Desta forma, temos um argumento de hierarquia, pois o rigor científico é colocado em uma escala superior as outras formas de crítica. O que podemos ver na frase *“que critiquem, como convém ao método científico, os resultados do experimento, não sua realização”*.

No último caso temos uma argumentação através do antimodelo, nesta situação o autor diz que aqueles que agem contra os experimentos se portam como a Igreja Católica quando está agia contra a ciência, colocando este caminho como algo que não deve ser seguido.

Passaremos agora ao segundo questionamento do autor, que é contra o ensino do criacionismo defendido pela ministra Marina Silva. Nesta situação destacaremos também quatro argumentos, sendo que há uma repetição de categorias.

Dois destes argumentos são de autoridade. No primeiro temos a da Constituição Brasileira que defende um estado laico e, portanto, vai contra a ideia de se colocar o ensino de uma teoria religiosa nas escolas; e a segunda dá crédito às teorias evolucionistas de Charles Darwin.

Um terceiro argumento opera pelo ridículo ao afirmar que o criacionismo é um conceito ilógico, ou seja, “*é pura bobagem, coisa de quem não entendeu (ou fingiu que não entendeu) o bê-á-bá do darwinismo*”.

Temos também um argumento através do antimodelo, quando Schwartzman refere-se à sociedade norte-americana que demorou tempo demais para agir contra as investidas “*pseudo-científicas*”. O autor afirma ainda que o Brasil está, “*infelizmente*”, seguindo este rumo.

Fornecendo um fechamento para as duas questões tratadas temos um argumento de contradição. Este argumento mostra que os grupos que antes defendiam a censura agora defendem a liberdade, no caso da Igreja; e grupos que defendiam a liberdade agora defendem a censura, referindo-se às instituições que são contra a pesquisa neurológica. Estas abordagens fazem com que os sistemas pareçam incoerentes frente à nova postura adotada.

3.2.2 – Fé na ciência⁹

Este artigo, assim como anterior, também pretende defender uma valorização da ciência. Para isso cria uma oposição entre ciência e religião. Ele surgiu devido aos questionamentos dos leitores acerca do artigo anterior, *Ciência sob ataque*, que levaram o autor a uma argumentação mais prolongada sobre as diferenças entre ciência e religião, colocando a segunda em detrimento.

Para tanto Schwartzman parte do fato de que as religiões se sustentam por dogmas, considerados como verdades absolutas e que, portanto, não são passíveis de questionamento. Desta forma os argumentos são feitos tanto para mostrar como a ciência trabalha com o rigor do método científico, diferentemente dos dogmas, que não obedecem a este método; quanto para denegrir as asserções religiosas.

Demonstrando a inviabilidade religiosa podemos destacar o seguinte argumento de contradição, “*com as religiões, as mesmas ações que levariam o partidário de uma ao paraíso atiram-no no inferno segundo a doutrina da outra*”. Também temos o argumento por analogia “*Algumas hipóteses da mecânica quântica, por exemplo, vão de encontro ao princípio da não-*

⁹ O artigo refere-se ao Anexo 2 e se encontra na página 61.

contradição. Seria como se a religião negasse Deus em determinadas situações.”, neste caso cria-se uma impossibilidade religiosa ao associar a crítica dos postulados básicos da ciência, com o dogma básico das religiões, que é a existência de Deus.

Além destes também temos uma argumentação pelo ridículo no caso *“Um juízo como “Deus criou o mundo” é contingente, ou seja, eu posso, ainda que apenas no plano da lógica, conceber um mundo criado pelo acaso, pelo diabo ou até pelo presidente Lula”*, nesta situação ele coloca com ironia o dogma religioso do criacionismo.

Já para defender a ciência temos o argumento de definição que caracteriza os postulados científicos como mais fortes e também define a ciência como uma atividade cujo rigor é digno de questionamento e métodos criteriosos. Também temos um argumento pela ilustração para mostrar como a ciência consegue atingir um fim:

“Ela tem como subproduto tecnologias, que constituem uma “prova” indireta não tanto de sua “exatidão”, mas pelo menos de que o métodos científico leva a algum lugar. O foguete que eu construo com base em minhas idéias sobre a física, desde que corretamente lançado, me levará à Lua quer eu seja judeu, ateu, católico, muçulmano ou corintiano”

Para finalizar o autor fornece a seguinte afirmação *“embora a ciência esteja conosco de forma razoavelmente bem estabelecida há apenas 200 anos, já fez mais pelo bem-estar da humanidade do que todas as rezas e mandingas de religiosos durante milênios”*. Nela podemos observar duas formas de argumento, na primeira, quando lemos até a palavra *“humanidade”* temos um argumento pragmático, que valoriza ciência devido aos progressos que proporcionou a sociedade. Já quando concluímos o restante da frase temos um argumento de comparação, pois se coloca os efeitos da ciência frente aos efeitos das práticas religiosas.

3.2.3 – Tudo é relativo¹⁰

O artigo em questão versa sobre como as pessoas podem aderir a posicionamentos diferentes sobre uma mesma situação. Ele toma como presunção principal a premissa de que é a moral que atua nestes casos. O texto inicial do artigo somente ilustra a argumentação posterior,

¹⁰ O artigo refere-se ao Anexo 3 e se encontra na página 65.

pois esta, apesar do uso dos argumentos de ilustração citando o Oriente Médio, pretende mostrar, de um modo geral, como a moral atua na formação de opiniões divergentes.

Um dos argumentos iniciais visa justificar a premissa ao mostrar que pessoas detentoras de uma ideia de mundo diferente não podem ser consideradas loucas. Para isto, o autor vale-se de um argumento pelo ridículo: *“A menos que consideremos que cerca de 1,5 bilhão de terráqueos, (...) tem graves problemas psiquiátricos, é forçoso reconhecer que a solução de declarar o adversário louco e atacá-lo é inadequada.”*. É a partir desta conclusão que o autor reforça que a moral é a fonte de todos os julgamentos e, então, começa a discutir sobre esta questão.

Desta forma, o discurso tenta mostrar o que guia os povos a ter morais diferentes e coloca que este guia é a definição que se dá para o termo justiça ou para o valor da vida. Para provar isto utiliza o argumento de exemplo *“Não se tem notícia, por exemplo, de sociedade que puna como assassinos seus próprios soldados, por mais inimigos que eles tenham matado. (...) Bem, em todas as guerras o "culpado" é sempre o inimigo.”*. Este raciocínio mostra como a justiça de um pode ser vista como injustiça de outro.

Para estabelecer os princípios da moral, o que é feito somente no meio do discurso, Schwartzman vale do seguinte argumento de autoridade:

“O psicólogo Jonathan Haidt propõe a existência de cinco núcleos de sentimentos morais: agressão, justiça (ou equanimidade), comunidade (ou lealdade ao grupo), autoridade e pureza, que constituiriam uma espécie de tabela periódica do instinto moral. É a partir de combinações entre esses grupos que se forjariam os mapas morais dos indivíduos e tribos.”

O autor ainda mostra que mesmo uma única pessoa pode ter um pensamento relativizado em relação a determinados conceitos, para isso vale-se da concepção de homicídio. O artigo ressalta que ainda que um indivíduo condene está ideia, ele pode tomá-la como justificável, o que facilita o conceito de eliminação de inimigos. Para chegar a está conclusão temos uma analogia entre o fato de que se o homicídio pode ser justificado, então é justo matar os inimigos.

Este argumento é reforçado por outro de ilustração: *“Bin Laden produz seu séquito de homens-bomba ensinando-lhes desde pequeninos (...) que o Ocidente agrediu e agride de forma injusta a "umma", a comunidade islâmica(...).”*

Embora o Oriente Médio tenha apenas servido como mote e ilustrado o discurso, o argumento de conclusão retoma seu caso mostrando uma solução para os conflitos vividos nesta região. Assim, o ponto final é: *“Se há uma chance de promover a paz na região, ela passa*

retirar as disputas do domínio da moral e levá-las para o campo da racionalidade, o único idioma comum entre todos os homens, ainda que muitos insistam em ignorá-lo". Nele há um argumento de direção, pois Schwartzman fornece o caminho que levará a paz no Oriente Médio.

3.2.4 – O prazer de perdoar¹¹

Em “O Prazer de perdoar”, Schwartzman vale-se das discussões sobre célula-tronco para criticar o posicionamento da Igreja Católica em relação a tal pesquisa e também ao aborto. Para dar base a sua argumentação a premissa de fato que pode ser observada é a de que o avanço científico é algo desejado pela sociedade.

Um dos primeiros argumentos citados para a defesa das pesquisas com célula-tronco é o de autoridade: *“O que o artigo 5º da Lei de Biossegurança (nº 11.105) autoriza é a utilização de embriões remanescentes de tratamentos para fertilidade.”*. Este argumento é utilizado para contrariar a hipótese da Igreja de que todos os embriões podem ser utilizados nas pesquisas e pauta-se pela autoridade de uma lei.

Complementando a hipótese de que somente embriões remanescentes serão utilizados no processo, o autor mostra um argumento pelo desperdício, no qual destaca que se os embriões já estão prontos o mais correto é dar continuidade ao processo. Este argumento ainda é ligado a frase *“É muito mais razoável dar-lhe um fim nobre, como a utilização em pesquisas que poderão um dia, ainda que distante, salvar vidas.”* que se constitui em um vínculo casual que valida o efeito das pesquisas para a sociedade.

Retomando toda a questão o autor faz uma analogia entre o posicionamento da Igreja sobre a questão das células-tronco e do aborto, pois ambas baseiam-se no conceito de vida adotado pelo catolicismo. Assim, quanto ao aborto, temos o seguinte argumento pelo sacrifício: *“No Brasil, estima-se que sejam 1,5 milhão de abortos por ano. Lembrando que são relativamente raros os casos de mulheres que fazem dois procedimentos no mesmo ano, precisaríamos de algo como 1,2 milhão de novas vagas/ano em penitenciárias femininas.”*. Nele, pode-se ver que as consequências da lei não são benéficas para a realidade brasileira.

Após este momento o autor estabelece o seu maior conflito com os dogmas religiosos, pois começa a discutir o conceito de vida e alma que dão origem ao posicionamento católico.

¹¹ O artigo refere-se ao Anexo 4 e se encontra na página 68.

Nesta etapa que vemos vários argumentos pelo ridículo, podemos tomar como exemplo os enxertos: *“É bobagem afirmar que a vida começa com a concepção. Tanto o óvulo como o espermatozóide já eram vivos antes de se unirem.”*, *“O que quero dizer é que a “vida em potência”, no mais das vezes, torna-se, não “vida em ato”, mas “aborto em ato”. Se a alma é soprada por Deus no momento da concepção, qual é o sentido desse verdadeiro holocausto anímico?”* e *“(…) concepção não é exatamente um instante, mas um intervalo que varia de 24 a 48 horas. (...)Será que a alma leva todo esse tempo para ser soprada no novo ser?”*. Todos estes argumentos têm em comum o fato de ridicularizar o conceito de vida e alma da Igreja.

Além destes, podemos destacar também um argumento por autoridade e um por probabilidade. O primeiro encontra-se em *“Uma das mais importantes autoridades da igreja, santo Tomás de Aquino, afirmou, acompanhando Aristóteles, que a alma de garotos só chegava ao embrião no 40º dia. Já a de garotas, talvez porque fossem mais lentas para arrumar-se, só no 48º dia.”*. Já o segundo está na frase *“Só que ninguém jamais demonstrou que existe alma e muito menos que ela se instala no embrião quando o espermatozóide fertiliza o óvulo.”*.

Com o argumento de autoridade mencionado acima, o autor mostra que mesmo membros da Igreja dizem que os fetos não tem alma até certo período, o que torna questionável a noção da vida associada à alma, que é um dos grandes argumentos do catolicismo para ser contra o aborto.

Após procurar demonstrar esta fragilidade da concepção de vida, o autor retoma o tema das pesquisas científicas, desta vez já tendo demonstrando o que pensa sobre a opinião da Igreja e como a considera errônea. Assim, ele parte para a conclusão, na qual afirma:

“(…) o Estado democrático deve procurar a proporcionar a maior felicidade possível para o maior número de cidadãos, sempre respeitando os direitos de todos. Nessa busca invariavelmente conflituosa, fatos provados devem ter primazia sobre opiniões. Dogmas e crenças de alguns não podem converter-se em obstáculos na busca pelo bem comum.”

Nesta citação vemos um argumento de hierarquia onde a noção de *“fatos provados”* do autor é colocada em uma escala superior aos dogmas religiosos, concluindo que o Estado, sendo democrático, deve agir em função da primeira para satisfazer o direito da maioria.

3.2.5 – Clima de guerra¹²

Este artigo tem como tema central as relações entre linguagem e ser humano, sendo que o pretexto inicial utilizado é descartável para a argumentação que o precede. Portanto, iremos diretamente às discussões estabelecidas pelo autor sem nos determos no mote que já foi citado durante a apresentação do *corpus*.

Para mostrar os conceitos de linguagem o autor vale-se de diversos autores, como Rousseau, Voltaire, Nietzsche, Heidegger, Barthes e Wittgenstein. Mas, ao invés de filiar-se as posturas destes autores, Schwartzman apenas cita suas teorias para dizer que eles estão errados.

Menciona também não concordar com as teorias expostas por outros dois autores, Sapir e Whorf, que formularam a hipótese Sapir-Whorf (SWH). Após isto, ele apresenta a argumentação para os motivos que o levam a discordar dela, o que de acordo com o autor, também pode servir para o descrédito dos outros autores, visto que Schwartzman afirma, ao rememorar os filósofos dos quais discordou, que: *“As frases destes grandes filósofos são versões mais ou menos vigorosas daquilo que em lingüística se conhece por Hipótese Sapir-Whorf”*.

Quanto à argumentação, primeiramente o autor fornece a definição da hipótese SWH: *“O que a SWH basicamente diz é que existe uma relação sistemática entre as categorias gramaticais da língua que uma pessoa fala e o modo como ela compreende o mundo e nele atua.”*. Para depois afirmar que o estudo foi *“longe demais em seus “insights”*”.

Para corroborar esta afirmação o autor retira alguns casos estudados pela SWH e procura mostrar como eles estão errados. Destacamos o caso do idioma esquimó: *“O mais famoso dos casos (...) é o dos esquimós. Ele (...) e outros autores sustentaram que esses habitantes do Ártico contariam com várias dezenas (...) de palavras para descrever a neve e que isso teria impactos profundos sobre sua forma de relacionar-se com o mundo.”*.

Para quebrar este caso o autor vale-se de um argumento por definição, no qual mostra como se constitui o idioma dos esquimós: *“É que os idiomas inuit (esquimós) são aglutinantes, isto é, permitem a formação de novas palavras através da adição de prefixos, sufixos e outros elementos.”*. Desta forma, Schwartzman quer dizer que não existem várias palavras e sim um aglomerado de aglutinações.

¹² O artigo refere-se ao Anexo 5 e se encontra na página 71.

Ainda sobre este assunto destacamos um argumento pelo vínculo causal e outro por analogia, vistos respectivamente nas frases: “*No mais, ainda que os inuit tenham mesmo umas poucas palavras a mais para descrever a neve, isso não chega a ser surpreendente, visto que estão rodeados dela por todos os lados.*” e “*O fenômeno é, na verdade, trivial. Onde uma pessoa normal vê "tinta", um pintor enxerga um "óleo", uma "aquarela" ou "tinta acrílica".*”.

Para concluir suas concepções de linguagem o autor utiliza outro argumento de autoridade: “*Se há um filósofo que estava quase certo é Kant, ao propor que nosso cérebro pensa sobre intuições de espaço e tempo e através de categorias como quantidade (unidade, pluralidade), qualidade (realidade, negação) e relação (causalidade, comunidade).*”. Assim, ele conclui seu artigo apresentando o ponto com o qual concorda, após ter se esforçado para quebrar uma hipótese e negado outras.

3.2.6 – O caso Isabella¹³

Este artigo aborda em sua temática central o fato das crianças serem mais comoventes aos olhos dos adultos do que outros adultos. Este fato, que também vale como premissa, é questionado porque no momento em que o artigo foi produzido vivia-se o drama do assassinato de uma criança, Isabella Nardoni, e isto causou a comoção de um grande contingente de pessoas.

No entanto, o caso, apesar de ter dado origem à discussão, só é retomado uma vez na argumentação central. Tal argumentação começa utilizando a autoridade imputada pela biologia para mostrar como os seres humanos possuem mecanismos que fazem com que tenham mais compaixão por crianças. Isto se dá através do argumento “*Parte da resposta está na biologia. Bebês e crianças comovem e mobilizam nossos instintos de cuidadores.*”.

Em “*A circuitaria cerebral responsável por esse, digamos, "amor às crianças" é comum a vários mamíferos. Também julgamos fofinhos filhotes de cães, gatos e até de animais perigosos como ursos (lembrem-se de Knut) e tigres.*”, o argumento de comparação entre homens e animais, seguido pelo argumento de reciprocidade entre o tratamento de crianças e filhotes, serve para mostrar como o afeto pela criança está presente na sociedade.

Continuando o artigo o autor explica que esse amor pelo infantil não basta para que um adulto sinta vontade de cuidar de todas as crianças. Entre explanações e informações que

¹³ O artigo refere-se ao Anexo 6 e se encontra na página 74.

remontam ao passado, no qual a morte de crianças era vista como mais natural, o autor utiliza um argumento de autoridade com base na teoria do historiador Ariès. Este argumento é colocado para mostrar como esta forma de amor é fruto da sociedade contemporânea.

Para ressaltar esta noção, Schwartzman elabora também um argumento de comparação: *“Uma criança não passava de um projeto de adulto, só que com mais desvantagens. As últimas características que esses serezinhos desenvolviam eram a razão e a lógica, o que os tornava verdadeiros débeis mentais à espera do sopro da inteligência”*.

Após isto, o autor passa a explicações sobre o desenvolvimento do amor à criança e diz que, devido a este afeto, o assassinato de crianças é tão recriminado pela sociedade. Esta conclusão pode ser tomada como um argumento de vínculo causal, pois o amor as crianças determina o ódio aos crimes contra ela, mostrando uma relação entre dois fatos.

3.2.7 – O não tão livre arbítrio¹⁴

Nosso último artigo analisado faz algumas considerações sobre o livre arbítrio, questionando se os seres humanos são realmente livres para fazer suas próprias escolhas. Para começar o debate, Schwartzman utiliza um argumento de autoridade através de uma citação do matemático Laplace, para mostrar que as pessoas não são livres para decidir.

Este matemático formulou¹⁵ que o futuro depende do passado, portanto, através de suas teorias pode-se pensar que é também o passado que norteia as decisões humanas. Valendo-se dessa idéia Schwartzman diz *“Se tudo o que se passa no mundo é o resultado de uma fórmula matemática, culpar alguém por um assassinato faz tanto sentido quanto responsabilizar o leão por devorar a gazela ou um asteróide por ter dizimado os dinossauros.”*. Este raciocínio por reciprocidade conduz o leitor a pensar que, como o livre arbítrio não existe, as pessoas não são responsáveis pelos seus atos.

O autor ainda diz que dentro desta mesma categoria dos que acreditam em Laplace, podemos colocar aqueles que creem em Deus, pois ambas as perspectivas igualam-se ao ter uma visão determinista de futuro. O passado ou Deus decidem, em nenhum dos dois casos opera o livre arbítrio. Para chegar a esta conclusão o artigo utiliza o seguinte argumento de comparação:

¹⁴ O artigo refere-se ao Anexo 7 e se encontra na página 77.

¹⁵ Esta hipótese ficou conhecida como o demônio de Laplace.

“Na mesma situação se encontram aqueles que postulam a existência de um Deus perfeitamente onisciente e onipotente. Tal entidade atrairia para si todas as culpas do universo.”

Para dar prosseguimento a esta visão ressaltamos ainda outros dois argumentos de autoridade que afirmam uma mesma questão. Cita-se o físico Albert Einstein e em seguida coloca-se que o filósofo Schopenhauer pensa da mesma forma. Estes argumentos apresentam uma noção determinista um pouco diferente da mencionada anteriormente, pois sustenta *“um universo determinista sem não atirar a noção de responsabilidade num buraco negro”*. Isto acontece pois ambos os autores acreditam que *“somos filhos da necessidade”*, ou seja, nós agimos como queremos mas de acordo com as necessidades que temos.

Em seguida, ocorre a utilização de um argumento de autoridade, mais propriamente da autoridade da ciência física, para mostrar como caminham as pesquisas na área da mecânica. Isto é feito porque o autor deseja utilizar este conceito para a formulação de argumento de comparação com o livre arbítrio humano. Isto é feito em:

“Cada vez mais o "mainstream" da física vai se convencendo de que a impossibilidade de determinar ao mesmo tempo a posição e a velocidade de uma partícula está na natureza da matéria (...). Com isso, o demônio de Laplace, se não sai de cena, ao menos passa para um segundo plano. O mesmo, suspeito, ocorre com o Deus das religiões monoteístas (...)”

No entanto, apesar de pretender quebrar o determinismo das explanações anteriores com este argumento, o autor volta a esta visão ao utilizar a neurociência, através de outro argumento de autoridade, para dizer que nossas escolhas são uma ilusão.

Schwartzman também fala de dois norte-americanos, Denett e Frankfurt, que conseguem conciliar livre arbítrio e determinismo. O argumento de autoridade proposto desta vez cita o seguinte: *“Segundo Dennett, nós temos o poder de veto e o poder de veto sobre o veto, além de boas noções de causalidade, que nos permitem imaginar cenários futuros e projetar-lhes conseqüências de decisões passadas. Não é necessário um milagre para ter responsabilidade.”*

Na parte final do artigo o autor afirma que não tem uma resposta final para a questão, ou seja, todos os argumentos visavam mais a discussão do assunto do que uma prova final de certo ou errado. Mas Schwartzman propõe-se a encerrar com um questionamento acerca da justiça.

Em um argumento de contradição ele afirma que *“Se não estamos muito certos do nível de controle que temos sobre nossas ações e se é até mesmo possível que cada uma de nossas decisões já esteja escrita desde o início dos tempos, então não faz sentido punir alguém como*

retribuição à falta cometida.”. Como este argumento ele considera incoerente o sistema de justiça e estabelece uma nova visão: “*A meta deixa de ser "fazer justiça" (uma completa inutilidade) e passa a ser organizar melhor a sociedade.*”.

Para reafirmar ainda mais o conceito de que não possuímos um livre arbítrio efetivo, o artigo ainda apresenta um argumento de comparação, no qual relaciona os seres humanos com os cães do experimento de Pavlov¹⁶, com a única diferença de que somos capazes de fazer planos.

3.3 – Considerações finais

Os argumentos aqui estudados foram retirados por apresentar uma maior importância dentro dos artigos. Desta forma, não analisamos parágrafo por parágrafo e sim o discurso com um todo e, depois disto, verificamos as formas argumentativas de destaque.

Dizemos isto para lembrar que a análise abaixo não conterà todos os argumentos expressos em cada texto do *corpus*. Além disso, optamos por utilizar este tópico para mostrar uma grade com os dados quantitativos e, na parte posterior, apresentaremos as conclusões de cunho qualitativo.

Grade 6 – Levantamento quantitativo dos argumentos

Argumentos Artigos¹⁷	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	Total de cada tipo de argumento
Quase-lógicos	2	3	1	5	2	3	4	20
Contradição	1	1	--	--	--	--	1	3
Comparação	--	1	--	--	--	2	2	5
Ridículo	--	1	1	3	--	--	--	5
Sacrifício	1	--	--	1	--	--	--	2
Reciprocidade	--	--	--	--	--	1	1	2
Definições	--	--	--	--	2	--	--	2
Inclusão da parte no todo	--	--	--	--	--	--	--	--

¹⁶ Os experimentos de Pavlov com cães pautavam-se pelo condicionamento, ou seja, ele conseguiu provar que os cães desenvolviam seus comportamentos com base nos estímulos ambientais que recebiam.

¹⁷ Os números referem-se também aos números dos artigos nos anexos e a ordem em que foram apresentados.

Justiça	--	--	--	--	--	--	--	--
Probabilidade	--	--	--	1	--	--	--	1
Baseados na estrutura do real	4	1	2	6	2	3	5	23
Vínculo causal	--	--	--	1	1	1	--	3
Desperdício	--	--	--	1	--	--	--	1
Direção	--	--	1	--	--	--	--	1
Superação	1	--	--	--	--	--	--	1
Pragmático	--	1	--	--	--	--	--	1
Autoridade	2	--	1	3	1	2	5	14
Hierarquia Dupla	1	--	--	1	--	--	--	2
Grau e ordem	--	--	--	--	--	--	--	--
Fundam a estrutura do real	2	2	3	--	1	--	--	8
Exemplo	--	--	1	--	--	--	--	1
Ilustração	--	1	1	--	--	--	--	2
Modelo	2	--	--	--	--	--	--	2
Analogia	--	1	1	--	1	--	--	3
Dissociação	--	--	--	--	--	--	--	--
Dissociação	--	--	--	--	--	--	--	--
Total de argumentos em cada artigo	8	6	6	11	5	6	9	51

Desta forma chegamos a um total de 51 argumentos. Sendo que a maioria deles é de autoridade, um total de 14. Em seguida temos cinco argumentos de comparação e pelo ridículo. Também são apresentados três argumentos para as categorias: contradição, analogia, vínculo causal e reciprocidade. Além de dois para: sacrifício, hierarquia, modelo, ilustração e definição. E um nos tipos: superação, pragmático, direção, exemplo, probabilidade e desperdício.

CONCLUSÃO

Os artigos opinativos podem ser um meio fértil para disseminação de conhecimento na sociedade. Os artigos de Hélio Schwartzman são um exemplo disso, pois conseguem unir, em uma linguagem relativamente simples, as discussões sociais e uma argumentação estruturada em bons conceitos. Isto só traz vantagens ao leitor que, além de se informar, consegue adquirir um maior saber com a leitura destes artigos.

Vemos que o perfil assumido pelo autor representa bem o articulista conforme descrito por Beltrão (1980), ou seja, uma pessoa com ampla bagagem cultural e de credibilidade junto a empresa jornalística na qual trabalha, podemos chegar a esta conclusão pois Schwartzman já exerceu a função de editor no *Grupo Folha*.

Assim, com base em nossas análises e nas teorias expostas podemos responder ao questionamento lançado: como se manifesta a formação argumentativa no discurso do articulista Hélio Schwartzman?

Embora tenhamos partido de três hipóteses iniciais para responder a esta questão, tomamos os cuidados para que estas não se tornassem limitadoras. Mas ainda assim conseguimos ver a concretização de duas delas, pois o autor realmente se vale de uma grande quantidade de argumentos de autoridade e de uma boa interação argumentativa. Somente abandonamos a hipótese de que a maioria dos argumentos pertencia ao grupo dos quase-lógicos. Isto não ocorreu justamente devido a forte presença dos argumentos de autoridade, dos quais voltaremos a falar, que pertencem ao grupo dos argumentos baseados na estrutura do real.

Observamos ainda que a maioria dos artigos demonstra uma valorização da ciência ou então as utiliza em seus argumentos. Além disso, a ampla utilização dos argumentos de autoridade também é uma mostra do cientificismo que se pretende alcançar, pois estes tipos de argumento são os mais legitimados na sociedade científica, já que também servem para embasar trabalhos de cunho acadêmico.

Estes argumentos também possuem uma facilidade persuasiva ao ter como sustentação figuras ou meios já consolidados e respeitados pela sociedade, o que permite uma argumentação mais rápida. Tal fato é importante para imprensa, tanto opinativa quanto informativa, que muitas vezes trabalha com a limitação do espaço.

Outros tipos de argumentos que podem facilitar a persuasão do público são os de comparação, analogia, reciprocidade e ilustração. Isto se deve, em parte, as imagens que estes tipos de raciocínio podem gerar na mente das pessoas, fazendo com que a situação e, conseqüentemente, o argumento, se tornem mais claros.

Os argumentos pelo ridículo também desempenham um papel importante nos artigos analisados. No entanto, este tipo de argumentação requer certo compartilhamento de idéias entre autor e auditório, já que, apesar de desempenhar a mesma função do absurdo da lógica clássica, estes argumentos se restringem em ironizar e não em falar racionalmente sobre o fato.

Notamos a presença destes argumentos principalmente quando o autor fala sobre religião, o que os torna ainda mais perigosos, já que ingressa em um caminho onde verdadeiro e falso é uma simples questão de opinião e nada está provado nem para o lado dos crentes quanto dos descrentes. O mesmo se aplica aos argumentos de hierarquia e de probabilidade quando utilizados para este mesmo caso, sobe os argumentos de probabilidade, os próprios teóricos da Nova Retórica afirmam que é uma forma bastante questionável.

Como esta concepção entre fé e ciência se faz presente em três dos artigos, percebemos que, apesar de não existir nenhum argumento por dissociação explicitado, está técnica permeia toda a abordagem dos artigos mencionados, que são “*Ciência sob ataque*”, “*Fé na ciência*” e “*O prazer de perdoar*”. Isto acontece, pois, o autor cria o par religião e ciência e, através dele, elabora sua argumentação.

O uso dos argumentos por sacrifício também merece uma reflexão de nossa parte. Esta forma argumentativa pode induzir o leitor a refletir sobre a questão colocada. Podemos visualizar isto quando o autor fala das conseqüências malévolas da lei contra o aborto para o sistema carcerário brasileiro. Ao utilizar este argumento o autor incita o leitor mais atento a pensar em outras conseqüências desta lei.

De um modo geral a argumentação dos artigos de Hélio Schwartsman opera pela convergência de argumentos, ou seja, vários argumentos são colocados para se comprovar uma mesma ideia ou para se negar um dado. No entanto, isto não acontece de forma exagerada, o que poderia prejudicar o teor da argumentação.

Mencionamos apenas um leve exagero no artigo “*Clima de guerra*” quando o autor lança tantos argumentos para negar o que acredita que acaba deixando de comentar aquilo que acredita e também deixa de fornecer definições para os conceitos apresentados, conceitos ligados a

linguagem e que podem ser vistos sob perspectivas diferentes pelos leitores. Fornecer definições seria um modo de se assegurar contra múltiplas interpretações, isto facilitaria a persuasão, já que o autor lida com um auditório midiático com o qual não tem um contato direto no momento da recepção do discurso. Assim, qualquer estratégia que limite as interpretações e que guie o leitor no caminho desejado é bastante útil para que os artigos atinjam o fim desejado pelo produtor.

Ainda neste artigo podemos observar que o autor faz uso de inúmeras citações de pessoas reconhecidas no meio social e acadêmico para explicar ideias relativas à linguagem. Após fornecer estas informações ele afirma não concordar com nenhuma delas, vemos esta atitude como um erro quando se quer persuadir o leitor. Este erro encontra-se no fato que, como já vimos, os argumentos de autoridade, ainda mais quando convergentes, são facilmente aceitos e quebrá-los requer um questionamento sério e não a simples afirmação de que “*todos eles estão errados*”.

No artigo “*O não tão livre arbítrio*” também pudemos observar um ponto falho da argumentação de Schwartzman: ele demora pra definir uma postura específica em relação à situação tratada. Além disso, ao final, afirma que pretendia apenas discutir a questão e não propor uma conclusão, no entanto, fornece um argumento de conclusão pautando-se pela noção determinista de escolha, ou seja, somos impulsionados pelo meio a agir de certo modo.

Também estudamos as premissas que faziam parte da argumentação de alguns artigos. Todas elas se encontram na categoria das relativas ao real. Isto é bastante compreensível também devido ao auditório amplo, ou seja, utilizar premissas relativas ao preferível requer trabalhar com grupos específicos que tenham características em comum, o que não ocorre quando se trabalha em mídias de ampla circulação como é o caso da *Folha Online*.

A utilização destas premissas deve ser feita com cautela e tendo sempre em mente o auditório. Nos artigos analisados podemos observar que Schwartzman foi justamente criticado por não ter tido ampla aceitação para a presunção de seu artigo “*Ciência sob ataque*”. Esta premissa era sobre a utilidade da ciência para sociedade. Os questionamentos sobre essa premissa levaram, inclusive, a elaboração do artigo “*Fé na ciência*”.

Observamos que há um maior número de argumentos baseados na estrutura do real, no entanto, isto se deve a grande quantia de argumentos de autoridade. Já os raciocínios quase-lógicos recebem apenas dois argumentos a menos que o anterior, sem que nenhum dos tipos tenha destaque elevado, ou seja, a argumentação é bem distribuída entre os formatos.

A presença dos vários argumentos da técnica quase-lógica mostra uma tendência em tentar se aproximar da lógica formal, ainda mais consagrada cientificamente, já que estes argumentos guardam mais semelhança do que os demais com a lógica clássica. Tal fato pode ser associado ao desejo pelo cientificismo, o que também ocorre, como já tratado, no caso dos argumentos de autoridade.

Após estas explicações, consideramos cumpridos os objetivos de mostrar como se dá a argumentação no discurso do jornalismo opinativo de Hélio Schwartzman, verificando como a retórica pode auxiliar nesta compreensão e também na elaboração dos artigos. Também pensamos que este trabalho cumpriu outro importante objetivo, que é o de fornecer mais material de estudo para o campo do jornalismo e da retórica.

Com a realização desta pesquisa, podemos perceber que um estudo da retórica auxiliaria na composição de artigos opinativos e também no trabalho dos demais gêneros opinativos. Com o aporte desta ciência, o jornalista seria capaz de compreender melhor quais os argumentos persuadem com mais eficiência o seu público-alvo e também se tornaria apto a analisar possíveis deslizes, o que auxilia na compressão do erro e, conseqüentemente, no aprendizado através deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980. 118 p.
- BERTOCCHI, Daniela. **Gêneros jornalísticos em espaços digitais**. In: SOPCOM, 4, 2005, Aveiro. Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Universidade de Aveiro, Portugal, p.1287-1299, 2005.
- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v.4 , n.1 , p.205-231, 2003.
- BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. 2. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004. 124 p.
- CIÊNCIA sob ataque. **Folha online**, São Paulo, 31 jan. 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/heliosschwartzman/ult510u368285.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.
- CLIMA de guerra. **Folha online**, São Paulo, 13 mar. 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/heliosschwartzman/ult510u381198.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006. 285p.
- FÉ na ciência. **Folha online**, São Paulo, 07 fev. 2008. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/heliosschwartzman/ult510u370121.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.
- FREITAS, Antonio Francisco Ribeiro de. **A retórica jornalística: o processo de indução na imprensa por meio dos argumentos de autoridade**. Maceió: UFAL. 2002. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura) – Programa de Pós-graduação em linguística e literatura da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002. Mimeografada. 252 p.
- GUIDASTRE, Joana. A certeza é o segredo do sucesso?: análise da modalidade epistêmica no discurso de Amway. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 153-164, 2009.
- KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2002. 168 p.
- KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 240 p.
- MARCUSHI, Luiz Antônio. A questão do suporte dos gêneros textuais. **Língua, linguística e literatura**, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003
- MELO, José. **Jornalismo opinativo**. 3. Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. 238 p.

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007. 128 p.

O CASO Isabella. **Folha online**, São Paulo, 17 abr. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u392839.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.

O NÃO tão livre arbítrio. **Folha online**, São Paulo, 01 mai. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u397694.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.

O PRAZER de perdoar. **Folha online**, São Paulo, 05 mar. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u379018.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.

PEREIRA, Rose. ROCHA, Thaís. **Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial**. Maceió: UFAL, 2006. 93 p. Monografia (Bacharel em Jornalismo) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

PERELMAN, Chaim. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 426 p.

PERELMAN, Chaim. OLBRECHTS-TYECA, Lucie **Tratado de argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 653 p

PERLES, João Batista. **O gênero textual no suporte jornal: controvérsias e proposta**. 2006. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-genero-textual.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

RAUEN, Fábio. **Teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca: resenha**. Disponível em <http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/00_tratado_argumentacao.php>. Acesso em: 7 jul. 2009.

TUDO é relativo. **Folha online**, São Paulo, 21 fev. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartsman/ult510u374269.shtml>>. Acesso em 24 abr. 2009.

ANEXOS¹⁸

Anexo 1

31/01/2008 Ciência sob ataque

Se eu fosse exagerado, diria que a ciência brasileira está sob ataque. Como não sou, parece mais adequado afirmar que ela vem enfrentando percalços imprevistos. Há duas semanas a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou de um evento criacionista e, em seguida, defendeu o ensino de teorias "alternativas" ao darwinismo. Poucos dias depois, reportagem da Folha (só para assinantes) mostrava que cerca de uma centena psicólogos, advogados, antropólogos e educadores procurava, através de um abaixo-assinado, impedir um grupo de neurocientistas de levar a cabo pesquisa que pretende esquadrihar o cérebro de 50 adolescentes homicidas de Porto Alegre em busca de marcadores biológicos.

Investidas anticientíficas não são propriamente uma novidade, que o digam Giordano Bruno e Galileu Galilei. Mesmo em tempos de maior liberdade intelectual, como a Grécia Antiga, experimentadores do quilate de Eratóstenes e Arquimedes enfrentavam um certo desdém de filósofos puramente especulativos, então mais afinados com o "Zeitgeist". O inquietante no caso brasileiro é que os ataques partam, senão de aliados, ao menos de grupos e instituições que deveriam em tese apoiar a ciência. Afinal, Marina Silva, na condição de ministra, representa o Estado brasileiro. Já psicólogos, antropólogos e pedagogos, embora não costumem militar nas fileiras da "hard science", são --ou deveriam ser-- aquilo que antigamente chamávamos de "Geistwissenschaftler", ou seja, simplificando um pouco, cientistas sociais, os quais deveriam, pelo menos etimologicamente, estar comprometidos com o método científico.

Começemos pelo caso mais gritante, que é o dos patrulheiros epistemológicos. De minha parte, considero a neurociência um campo fértil e promissor, do qual tem emergido muito material interessante para "insights" e reflexões. Admito, entretanto, que nem todo mundo precisa pensar como eu. É perfeitamente possível tachar sociobiologia, psicologia evolutiva e genética como "reducionistas" --o que quer que isso signifique. Mais até, é legítimo preocupar-se com o efeito que determinadas descobertas possam ter sobre a sociedade. Imagine-se, por hipótese, que

¹⁸ Todos os artigos foram retirados do site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/>.

se desenvolva um método de diagnosticar, ainda antes do nascimento, indivíduos mais propensos a tornar-se criminosos quando adultos. Tais embriões poderiam ser abortados? Se sim, por decisão de quem? Do Estado? Dos pais? São questões apaixonantemente controversas. E, por mais intransigentes que possamos ser na defesa da vida e da pluralidade humanas, nada justifica deixar de realizar um estudo cujos protocolos éticos se mostrem adequados, como é o caso do experimento gaúcho. Ele não implica nenhum risco ponderável para as "cobaias" e só ocorrerá se os pesquisadores obtiverem o consentimento esclarecido dos jovens e de seus pais ou responsáveis e também a autorização da Justiça.

Não é porque os nazistas cometeram atrocidades evocando a genética --equivocadamente, ressalte-se-- que devemos renunciar a compreendê-la. Se um dia investigações nesse campo levarem a tecnologias eugênicas, precisaremos discutir caso a caso a moralidade de sua aplicação. De minha parte, como princípio geral, acho que pais devem poder escolher se vão ou não ter filhos com determinadas doenças incapacitantes.

Qualquer que seja nossa posição pessoal, quer acreditemos que a vida é um dom de Deus, quer a consideremos o encontro inopinado de átomos de carbono com um pouco hidrogênio e oxigênio, não faz muito sentido que um cientista social --ou qualquer outra pessoa minimamente ilustrada-- se oponha à realização de um experimento capaz de ampliar nosso conhecimento por temor das implicações que tal conhecimento possa ter. Se os nossos solertes "Geistwissenschaftler" estão tão certos de que a empreitada dos neurocientistas dará com os burros n'água --possibilidade bastante real-- que critiquem, como convém ao método científico, os resultados do experimento, não sua realização. Se estão tão certos de que a neurociência encerra o ovo da serpente, que o demonstrem com base em evidências e encadeamentos lógicos, não com ilações e palavras de ordem. Minha sensação é a de que essa gente, ao defender a proibição pura e simples, repete os argumentos com os quais a Igreja Católica impedia a dissecação de cadáveres e promovia outros vetos francamente obscurantistas.

Voltemos agora ao mais delicado caso do criacionismo ministerial. Marina Silva tem, como cidadã, o direito de professar a fé que bem desejar. Mais até, não é porque se tornou ministra de um Estado nominalmente laico que precisaria deixar de comparecer aos cultos de sua igreja, a Assembléia de Deus. Ela, entretanto, avançou o sinal quando participou do 3º Simpósio sobre Criacionismo e Mídia, promovido pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, e, à saída, ainda deu uma entrevista na qual, no melhor estilo dos "neocons" dos EUA, sustentou que

visões de mundo criacionistas devem ser ensinadas nas escolas, para que os alunos possam decidir por si mesmos.

Estamos aqui diante de dois problemas. Em primeiro lugar, Marina deveria ter-se recusado a participar do evento, pela simples razão de que não foi convidada para falar na condição de simples fiel da Assembléia, ou teóloga, mas sim por ser ministra do Meio Ambiente, ou seja, uma representante do Estado. E, nos termos do artigo 19 da Constituição, é vedado ao Estado "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança". Essa, entretanto, é a falta menos grave, que seria facilmente perdoável, se a ministra não tivesse em suas declarações abraçado também a pedagogia ultraconservadora, que pretende transformar fatos comprováveis em comprovados em questões abertas a escrutínio religioso.

Não conheço as opiniões hidrostáticas do papa, mas não importa o que ele pense ou decrete acerca da fervura da água, o fato é e será que, em condições normais de temperatura e pressão, ela ferve a 100°C. De modo análogo, independentemente do discurso religioso, as bases gerais da teoria evolutiva mais ou menos como postulada por Charles Darwin no século 19 estão cabalmente comprovadas. Falácias criacionistas não vão mudar isso. O rol de evidências pró-Darwin é extenso. Vai da totalidade do registro fóssil até aqui coletado --e nunca falseado por nenhum despojo geologicamente impossível_ até a capacidade de fazer previsões sobre o futuro, como o surgimento de cepas de bactérias resistentes a novas classes de antibióticos.

O criacionismo em sua mais nova roupagem --o tal do design inteligente-- sustenta que a evolução é "apenas" uma teoria e cheia de supostas dificuldades, como se tudo em ciência não fosse "apenas uma teoria", aí incluída a teoria da gravidade. Seu argumento básico é o de que seres vivos são complexos demais para ter surgido "por acaso": se eu encontro um relógio, a sutileza e a precisão das roldanas e engrenagens, me autoriza a supor um relojoeiro; de modo análogo a arquitetura de estruturas como asas e olhos permitiria inferir um Criador.

"Non sequitur", que, em bom português, significa: é pura bobagem, coisa de quem não entendeu (ou fingiu que não entendeu) o bê-á-bá do darwinismo. Embora mutações nos seres vivos de fato ocorram aleatoriamente, a seleção subsequente --que conserva o que é útil e despreza o que não o é-- nada tem a ver com acaso. Ela é, se quisermos, o avesso do acaso. Trata-se, na verdade, de um dos poucos processos naturais que conseguem simular o trabalho de projetistas. Só que funciona ao contrário. Ao preservar traços mesmo que milimétricos de

utilidade e descartar todas as mutações que não servem para nada (a maioria delas resulta em cânceres, é oportuno lembrar), a seleção consegue, ao longo de inúmeras gerações, produzir estruturas que passam por entidades concebidas por uma inteligência.

O que o criacionismo faz é, apoiando-se nessa ilusão, impingir raciocínios capengas que soarão convincentes a alunos com pouco treinamento epistemológico e já socialmente orientados a "aceitar a palavra de Deus". Admitir que padres e pastores profiram tais sandices em epistemológicas em seus templos é uma necessidade democrática. Mas não faz nenhum sentido repeti-las nas salas de aula de um Estado laico. Fatos sobre o mundo não são matéria que se decida com base em convicções pessoais ou maiorias.

E, infelizmente, os neocriacionistas não se contentam em acreditar em Deus. Querem, sabe-se lá por qual motivo, revestir seu delírio de vestes científicas. Só que estas não lhe cabem.

O grande erro da comunidade científica norte-americana foi ter esperado tempo demais antes de reagir às investidas criacionistas, deixando que o discurso pseudocientífico e aparentemente democrático prosperasse e ganhasse terreno. Infelizmente, nós, no Brasil, estamos repetindo esse equívoco. Vale lembrar que o pio casal Garotinho já introduziu o ensino do criacionismo nas escolas da rede pública do Rio de Janeiro. Consertar as coisas agora será um deus-nos-acuda.

Não deixa de ser irônico que os mesmos sociólogos, advogados e psicólogos que até há pouco se erigiam em defensores máximos das liberdades agora propugnem pela censura a pesquisas, e os mesmos religiosos criacionistas que poucos séculos atrás queimavam livros e pessoas agora recorram à liberdade de pensamento para apregoar tolices na escola pública. Não acredito em deuses, mas, é forçoso reconhecer que eles têm um senso de humor infernal.

Anexo 2

07/02/2008 A fé na ciência

Minha coluna da semana passada¹⁹, em que defendi a ciência de ataques neocriacionistas e "humanitários", gerou mais controvérsia do que eu poderia supor. Leitores questionaram-me acerca da eugenia, das bases epistemológicas do darwinismo, do caráter laico do Estado e até da

¹⁹ Esta coluna é a apresentada anteriormente, ou seja, Ciência sob ataque.

validade do discurso científico. Acreditar na ciência, sugeriram alguns, exige tanta fé quanto crer em Deus.

Será? Aceito a provocação, de modo que vou tentar mostrar hoje por que a ciência não é uma religião.

Começemos pelas semelhanças. Como qualquer um que já abriu um livro de epistemologia sabe, a ciência busca seus fundamentos em meia dúzia de postulados, ou seja, de premissas que, a exemplo dos dogmas religiosos, são tomadas como auto-evidentes, isto é, consideradas verdadeiras sem necessidade demonstração. Para o monoteísmo, sentenças como "Deus criou o mundo" constituem verdades inquestionáveis. Já na ciência, quem desempenha esse papel são princípios como o de identidade e o de não-contradição. O primeiro afirma que, se $A=A$, então $A=A$, e o segundo reza que, se $A \neq B$, na ocorrência de A não ocorre B , e vice-versa. Convenhamos que não são idéias revolucionárias e nem mesmo particularmente brilhantes, mas já aí começam a emergir algumas das diferenças entre ciência e religião.

Um juízo como "Deus criou o mundo" é contingente, ou seja, eu posso, ainda que apenas no plano da lógica, conceber um mundo criado pelo acaso, pelo diabo ou até pelo presidente Lula ("nunca antes na história desse universo..."). Já os postulados científicos são em tese mais fortes, pois lidam com juízos necessários: para imaginar que uma coisa seja diversa dela mesma, eu preciso renegar ou pelo menos suspender os fundamentos da lógica.

Até aqui, a vantagem é da religião. Ela já está emitindo pareceres sobre o mundo, enquanto a ciência permanece presa ao reino das abstrações matemáticas. Se queremos que a ciência fale sobre o mundo --e, para possuir alguma utilidade, ela tem de fazê-lo--, precisamos dar um passo temerário. Precisamos autorizá-la a lidar com induções, ou seja, admitir que, partindo de casos particulares observados, proceda a generalizações. Exemplo: o sol nasceu hoje e em todos os dias que antecederam o dia de hoje, logo, o sol nascerá também amanhã. Ao aceitar esse tipo de raciocínio, conquistamos o direito de proferir juízos sobre a realidade física, mas sacrificamos o plano sólido das certezas matemáticas no qual antes caminhávamos. Com efeito, o fato de o sol ter nascido todos os dias no passado não encerra a garantia lógica de que também nascerá amanhã. Isso é no máximo muito provável, mas de maneira alguma necessário.

Por paradoxal que pareça, esse súbito rebaixamento do grau de certeza com que lidam as ciências é uma excelente notícia. Juízos científicos tornam-se daqui em diante verdades provisórias. Não contam mais com nenhum tipo de garantia lógica, uma vez que se baseiam em

meros encadeamentos entre experiências passadas e raciocínios generalizantes --processo que sabemos falível e propenso a erro.

Assim a ciência, diferentemente da maioria das religiões, perde o direito até mesmo de pretender afirmar verdades acabadas. Tudo que ela pode fazer é gerar hipóteses a ser testadas e refutadas empiricamente. Quando essas suposições passam muito tempo sem ser cabalmente desmentidas, como é o caso da evolução mediante seleção natural, dizemos que são corroboradas. É claro que esse é um processo em aberto, pois o fato de não terem sido refutadas até aqui não encerra a garantia de que não o serão amanhã. Isso é o mais perto da "prova" que a ciência pode chegar.

Essa precariedade epistemológica cerca toda a ciência, do neodarwinismo, à chamada lei da gravidade. Embora não ouçamos com muita frequência gente afirmando que a gravidade é "só uma teoria", é exatamente isso que ela é. O que o neocriacionismo travestido de 'design inteligente' faz é embaralhar o sentido de teoria em suas acepções fraca (a do dia a dia) e forte (epistemológica) para, em meio à confusão conceitual, semear seus pressupostos algo dogmáticos. O fato de o neoevolucionismo apresentar, como toda teoria, algumas lacunas de maneira alguma nos autoriza a inferir um deus logo à primeira dificuldade.

A incerteza e a subsequente maleabilidade da ciência vão ainda mais longe. No limite, ela admite até que seus próprios "dogmas" sejam revistos. Algumas hipóteses da mecânica quântica, por exemplo, vão de encontro ao princípio da não-contradição. Seria como se a religião negasse Deus em determinadas situações. Os dogmas da ciência se articulam de maneira tão particular que a tornam o menos dogmático dos discursos.

É claro que estamos aqui falando na teoria. No mundo real, encontraremos cientistas tão fanáticos quanto o mais exaltado dos padres inquisidores. Encontraremos indivíduos que de bom grado mandariam queimar todos os que ousassem desafiar o "mainstream" científico. Ainda assim, é digno de nota o fato de que, enquanto a religião só existe com o dogma, a ciência como método trabalha para falsear idéias aceitas e noções estabelecidas --em uma palavra, para falsear dogmas. Não acho que eu avance muito o sinal quando afirmo que essa diferença ajuda a explicar o fato de que mesmo o mais tacanho positivismo produziu menos fogueiras do que a mais tolerante das religiões.

Podemos eventualmente nos deparar com um cético radical, para o qual dogmas, postulados e axiomas são todos indiscerníveis entre si e valem a mesma coisa, isto é, nada. É

oportuno lembrar que o filósofo e matemático austríaco Kurt Gödel (1906-78), com seus teoremas da incompletude, se não colocou em xeque, ao menos criou dificuldades para a própria lógica formal. Mas, mesmo nesse registro hiperbólico, a ciência apresenta vantagens sobre as religiões.

Ela tem como subproduto tecnologias, que constituem uma "prova" indireta não tanto de sua "exatidão", mas pelo menos de que o métodos científico leva a algum lugar. O foguete que eu construo com base em minhas idéias sobre a física, desde que corretamente lançado, me levará à Lua quer eu seja judeu, ateu, católico, muçulmano ou corintiano. Já com as religiões, as mesmas ações que levariam o partidário de uma ao paraíso atiram-no no inferno segundo a doutrina da outra.

Tomemos uma dessas medidas indiretas, a evolução da expectativa de vida ao nascer. Estima-se que o tempo médio de vida do homem de Neanderthal fosse de 20 anos. No Paleolítico Superior, o *Homo sapiens* chegava a algo como 33 anos. Na Idade do Bronze, com o advento da agricultura e o aumento do tamanho dos assentamentos humanos (mais doenças e guerras mais mortíferas), a expectativa de vida cai para 18 anos. Noções de higiene desenvolvidas por gregos e romanos (saneamento) conseguem elevar a média para 36-45 (Grécia clássica) 20-30 (Roma clássica). Mas, no século 20 e início do 21, na chamada era científica, assistimos a um verdadeiro salto da esperança de vida, que atinge os 67 anos (média global), quase 80 se considerarmos só os países desenvolvidos. Um cético hiperbólico diria que a correlação nada prova. Um dogmático religioso diria que este é o plano de Deus. Já eu prefiro atribuir tal avanço a subprodutos da ciência como antibióticos, vacinas e grandes excedentes agrícolas. Em poucas palavras, embora a ciência esteja conosco de forma razoavelmente bem estabelecida há apenas 200 anos, já fez mais pelo bem-estar da humanidade do que todas as rezas e mandingas de religiosos durante milênios.

Anexo 3

21/02/2008 Tudo é relativo

"O mundo é um lugar melhor sem este homem. Ele era um matador de sangue-frio, um assassino em larga escala e um terrorista responsável pela morte de inúmeros inocentes. De um modo ou de outro, ele foi levado à justiça".

*

"Com orgulho e honra, anunciamos o martírio de um grande líder da resistência que se juntou à procissão de mártires da resistência islâmica. O mártir, que sua alma descanse em paz, foi alvo dos sionistas por mais de 20 anos".

*

A primeira declaração é de Sean McCormack, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA. Já a segunda é trecho de um boletim extraordinário lido na rede de TV "Al Manar", do grupo xiita Hizbullah. O difícil aqui é acreditar que ambas as notas se refiram à morte da mesma pessoa, Imad Mughniyah, assassinado numa explosão em Damasco na semana passada.

De minha parte, acho que a descrição feita pelo representante do governo norte-americano se aproxima mais da realidade. Mughniyah, afinal, foi responsável por alguns dos mais mortíferos atentados anteriores ao 11 de Setembro. Suas "obras", que custaram a vida a várias centenas de pessoas, incluem os ataques ao quartel dos marines dos EUA e ao acampamento de capacetes-azuis franceses em Beirute no início dos anos 80, bem como as explosões da embaixada israelense em Buenos Aires em 1992 e da Associação Mútua Israelense-Argentina (Amia) na mesma cidade dois anos depois. E, na minha modesta opinião, indivíduos que plantam bombas onde funcionam creches, como no caso da Amia, são mais precisamente retratados como terroristas do que como combatentes da liberdade. Se ele tivesse parado nos soldados, talvez o pudessemos considerar um guerrilheiro ou coisa semelhante. Mas não parou.

Só que, para meus propósitos na coluna de hoje, não interessa tanto o que eu, você, George W. Bush ou Osama bin Laden pensemos sobre Mughniyah, mas sim o fato de que suas ações comportam interpretações diametralmente opostas. Ele pode ser visto como um grande celerado ou como um herói, como um terrorista sanguinário, ou como um homem que luta pelo que é justo. Imaginando que exista uma realidade mais ou menos unívoca, como isso é possível?

A solução mais fácil para o problema é declarar os que pensam diferentemente de nós como psicopatas e partir para o ataque. É o que muitos fazem --literalmente. A tática é boa tanto para promover "guerras de libertação" como para arregimentar mais "mártires", mas ela também

faz com que deixemos de ver a questão em sua completude, além de obnubilar algumas interessantes características da psique humana.

É um virtual consenso entre muçulmanos (e não só entre eles) que os palestinos têm o direito de pegar em armas para combater o invasor israelense. Para muitos, a ocupação justifica ações como as de Mughniyah. A menos que consideremos que cerca de 1,5 bilhão de terráqueos, ou pouco mais de 20% da população mundial, tem graves problemas psiquiátricos, é forçoso reconhecer que a solução de declarar o adversário louco e atacá-lo é inadequada. A pergunta então passa a ser: quais os mecanismos que permitem a pessoas mentalmente sãs fazer leituras tão divergentes dos mesmos eventos? E a resposta é: a moral.

Como já coloquei numa coluna anterior²⁰, parece haver um instinto moral comum a toda humanidade. Não há cultura que não valorize, por exemplo, a idéia de justiça ou a noção de que, como regra geral, a vida de outros seres humanos deve ser preservada. As diferenças entre povos e indivíduos vão aparecer quando se tenta definir o que é justiça ou em quais condições a norma de preservação da vida é suspensa e se torna lícito (ou mesmo obrigatório) matar um semelhante. Não se tem notícia, por exemplo, de sociedade que puna como assassinos seus próprios soldados, por mais inimigos que eles tenham matado. Normalmente os valorosos militares recebem medalhas por fazer o que, sob outras circunstâncias, os levaria à cadeia.

Por quê? Bem, em todas as guerras o "culpado" é sempre o inimigo. Ele invariavelmente lança uma grave e injustificada injúria que nos obriga a tomar em armas para repeli-la. Aqui, as noções de agressão imotivada e de pertencimento a uma comunidade falam mais alto que a idéia de equanimidade, pela qual todos os homens têm direito à vida. E isso leva à suspensão do "não matarás", ainda que cada soldado inimigo tombado possa ser individualmente inocente.

O princípio básico é que temos vários tipos de impulsos morais, que podem ser contrabalançados uns pelos outros e até certo ponto também moldados por racionalizações. O psicólogo Jonathan Haidt propõe a existência de cinco núcleos de sentimentos morais: agressão, justiça (ou equanimidade), comunidade (ou lealdade ao grupo), autoridade e pureza, que constituiriam uma espécie de tabela periódica do instinto moral. É a partir de combinações entre esses grupos que se forjariam os mapas morais dos indivíduos e tribos.

²⁰ A coluna mencionada está em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u351566.shtml>

Embora quase todas as pessoas, quando diretamente questionadas, condenem o homicídio, serão capazes de justificá-lo em determinadas condições. Assim, é relativamente fácil fabricar um inimigo que pode e deve ser eliminado. Bin Laden produz seu séquito de homens-bomba ensinando-lhes desde pequeninos nas "madrassat" que o Ocidente agrediu e agride de forma injusta a "umma", a comunidade islâmica, com a criação do Estado de Israel em 1948 e as guerras que se seguiram. Mais do que isso, o Ocidente judaico-cristão também é culpado de não reconhecer a autoridade do profeta Maomé e, pior, ainda conspurcou-se a pureza muçulmana com a presença de tropas infiéis no território sagrado da Arábia Saudita. É um discurso relativamente simples que faz apelo a todas as cinco matrizes morais.

É claro que nem todos os muçulmanos são presa fácil da doutrinação da Al Qaeda. O fato a ressaltar é que a doutrinação é possível porque tais elementos existem, e são em alguma medida chancelados até mesmo pelos mais moderados membros da comunidade. Por mais estranho que pareça a nossas convicções, pessoas que apóiam atitudes para nós imorais podem estar em seu íntimo tão convencidas quanto nós de que a "razão moral" está do lado delas. Isso, evidentemente, não vale apenas para muçulmanos que flertam com o Hizbullah. Mesmo figuras que a história consagrou como monstros, a exemplo de Hitler ou Pol Pot, muito provavelmente julgavam estar cumprindo seu dever moral.

Não pretendo, com essa breve análise, introduzir o relativismo radical e justificar o nazismo ou atentados terroristas com base numa legítima diferença de perspectivas. Tenho para mim que genocídios e ataques aleatórios à população civil são sempre profundamente imorais, não importando quem os realize nem por qual motivo. Mas, se não procurarmos entender e levar em conta a disparidade das contextualizações morais, nenhum diálogo será possível.

O problema com o Oriente Médio é que a lógica tribal e a religião acrescentam aos vários conflitos ali atuantes uma sobrecarga dos sentimentos de pureza e lealdade comunitária, que tendem a ser mais viscerais e resistentes à racionalização do que as noções de agressão e justiça envolvidas em guerras "normais".

Se há uma chance de promover a paz na região, ela passa retirar as disputas do domínio da moral e levá-las para o campo da racionalidade, o único idioma comum entre todos os homens, ainda que muitos insistam em ignorá-lo.

Anexo 4

05/03/2008 O prazer de perdoar

Como se temia, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu vista na ação de inconstitucionalidade contra pesquisas com células-tronco embrionárias humanas, frustrando as expectativas de uma decisão rápida para essa importante matéria. Difícil acreditar que a atitude não tenha objetivos protelatórios. Direito, afinal, define-se como um católico fervoroso, o que o torna necessariamente um adversário desse tipo de investigação. E, na prática, retardar a decisão significa evitar pesquisas, pois são poucos os cientistas que investem em experimentos que poderão ser considerados ilegais amanhã.

Entrando no mérito do problema, beira o "nonsense" a posição da Igreja Católica e de outros grupos religiosos contra as pesquisas médicas com células-tronco no Brasil. O que o artigo 5º da Lei de Biossegurança (nº 11.105) autoriza é a utilização de embriões remanescentes de tratamentos para fertilidade. Estamos, portanto, falando de mórulas que tenham sido consideradas inviáveis ou que estejam congeladas há mais de três anos --o que as torna más candidatas para iniciar uma gravidez. Não foram implantadas num útero e são mais do que remotas as chances de que venham a sê-lo. Seu destino seria a destruição pura e simples ou permanecer indefinidamente congeladas num freezer.

Sei que a Igreja Católica sempre foi contra os bebês de proveta. Só que isso não muda o fato de que existem alguns milhares de embriões armazenados em clínicas de fertilidade. Qual a proposta do Vaticano para eles? Obrigar as mães a introduzi-los em seus úteros? Oferecer as freiras para servir de barrigas de aluguel e permitir que eles possam nascer?

Não sou um especialista em logística social, mas parece-me uma tremenda de uma asneira deixar que esse material biológico já disponível e sem destinação evidente pereça no próximo apagão elétrico. É muito mais razoável dar-lhe um fim nobre, como a utilização em pesquisas que poderão um dia, ainda que distante, salvar vidas.

Não estou, com essas considerações pragmáticas, afirmando que não existe uma questão de princípio que pode e deve ser discutida. Se há um debate a que eu não me furto são aqueles que envolvem proposições filosóficas. O problema aqui é que, diante da situação concreta, a posição religiosa adquire tons que transitam entre o surreal e o obtuso.

Não é muito diferente da questão do aborto. Sei que Roma acha que o procedimento deve ser considerado crime em todas as circunstâncias. Mas, independentemente da ordem das razões,

o que a igreja pretende que se faça com as mulheres que tentam --e continuarão tentando, não importa o que diga a lei-- expulsar embriões de seus úteros? Colocá-las na cadeia? No Brasil, estima-se que sejam 1,5 milhão de abortos por ano. Lembrando que são relativamente raros os casos de mulheres que fazem dois procedimentos no mesmo ano, precisaríamos de algo como 1,2 milhão de novas vagas/ano em penitenciárias femininas. Isso dá a bagatela de 3.333 vagas/dia, sem botar na conta médicos, parteiras e comadres que se acumpliciam com as criminosas e, pela lei, também deveriam ir para o xilindró. Será que a Santa Sé está disposta a leiloar alguns de seus Michelangelos e Fra Angélicos para nos ajudar a construir tantas cadeias? Minha suspeita é que desejam manter essas práticas na ilegalidade apenas pelo prazer de, depois, perdoar o pecador.

Admitamos, porém, pelo bem do debate, o nefelibatismo vaticano e deixemos de lado as questões práticas. O argumento católico é o de que a vida tem início na concepção e deve desde então ser protegida, seja ela viável ou não, esteja dentro ou fora de um útero.

Primeiro reparo. É bobagem afirmar que a vida começa com a concepção. Tanto o óvulo como o espermatozóide já eram vivos antes de se unirem. O que dá para dizer é que a fusão dos gametas marca a criação da identidade genética única do que poderá tornar-se um ser humano, se as condições ambientais ajudarem. Temos, portanto, um ser humano em potência, para utilizar a distinção aristotélica, autor tão caro à igreja. E não faz muito sentido embaralhar potencialidades com atualidades; afinal, no longo prazo somos todos cadáveres.

Embora os "amici curiae" evitem dizê-lo nos autos, o ponto central, que torna coerente a posição do Vaticano, é um dogma "de fide": o homem é composto de corpo e alma. E, para a igreja, esta é instilada no novo ser no momento da concepção. Só que ninguém jamais demonstrou que existe alma e muito menos que ela se instala no embrião quando o espermatozóide fertiliza o óvulo. O dissenso não opõe apenas religiosos a vis ateus. Uma das mais importantes autoridades da igreja, santo Tomás de Aquino, afirmou, acompanhando Aristóteles, que a alma de garotos só chegava ao embrião no 40º dia. Já a de garotas, talvez porque fossem mais lentas para arrumar-se, só no 48º dia.

Recuemos, porém, mais um pouco na ordem das razões. Será que a noção de alma pára em pé? Estima-se que 2/3 a 3/4 dos óvulos fecundados jamais se fixem no útero, resultando em "abortos" espontâneos (as aspas vão porque, pelas definições mais aceitas não dá nem para falar em aborto antes da nidação). Isso, é claro, quando a fecundação ocorre naturalmente no corpo da mulher. Quando ela se dá dentro de um tubo de ensaio, as chances caem bastante. Os médicos

estimulam os ovários da mulher a fim de retirar-lhe o maior número possível de óvulos. Frequentemente obtêm algumas dezenas, que são em seguida fertilizados, transformando-se zigotos e daí mórulas. Por determinação do Conselho Federal de Medicina, implantam no máximo quatro delas. As demais são postas no freezer.

O que quero dizer é que a "vida em potência", no mais das vezes, torna-se, não "vida em ato", mas "aborto em ato". Se a alma é soprada por Deus no momento da concepção, qual é o sentido desse verdadeiro holocausto anímico? Para cada alma humana que "vinga" duas ou três são sacrificadas antes mesmo de vir à luz. Tamanho "desperdício" seria menos insensato se a Igreja Católica abraçasse, como as religiões antigas, a doutrina da metempsicose (transmigração das almas). A alma não teve sucesso nesta tentativa, paciência, volte mais tarde. Mas, como o catolicismo rejeita a tal da reencarnação, cada aborto resulta numa alma irremediavelmente perdida. É bem verdade que essa aparente incongruência não é um problema para o verdadeiro fiel, que jamais questiona os atos de Deus. Mesmo que nos pareçam insensatos, fazem sentido no plano superior.

Só que essa não é a única dificuldade que a introdução da alma nos apresenta. Para começar, a própria concepção não é exatamente um instante, mas um intervalo que varia de 24 a 48 horas. Esse é o tempo que transcorre entre a penetração do espermatozóide no óvulo e a fusão genética dos gametas. Será que a alma leva todo esse tempo para ser soprada no novo ser? Pior, se assumimos todas as conseqüências dessa noção, mulheres que usam DIU ou tomam a pílula do dia seguinte deveriam ser processadas como assassinas em série, pois esses métodos contraceptivos impedem que o concepto --já com alma-- se implante no útero. (A Igreja Católica de fato condena toda forma "não-natural" de prevenção da gravidez, mas a maioria dos protestantes não vai tão longe).

É, entretanto, o fenômeno da gemelaridade que revela todos os limites e contradições da idéia de alma. Gêmeos monozigóticos (idênticos) se formam entre um e 14 dias depois da fertilização, quando o embrião sofre um desenvolvimento anormal dando lugar a dois ou mais indivíduos com o mesmo material genético. A alma, é claro, já estava lá. Cabem, assim, algumas perguntas. Ela também se divide, ou outras almas surgem para animar os demais irmãos? De onde elas vêm? Quem fica com a "original"? E, se gêmeos partilham a mesma alma, como fica o livre-arbítrio? Se um irmão peca, leva o outro --talvez bonzinho-- ao inferno? Ou a alma boa prevalece sobre a má, carregando para o paraíso uma ovelha negra?

Cada um é livre para acreditar ou não em alma, ciência, tratamentos para fertilidade ou uma mistura disso tudo em proporções variáveis. Mas o Estado democrático deve procurar a proporcionar a maior felicidade possível para o maior número de cidadãos, sempre respeitando os direitos de todos. Nessa busca invariavelmente conflituosa, fatos provados devem ter primazia sobre opiniões. Dogmas e crenças de alguns não podem converter-se em obstáculos na busca pelo bem comum.

Anexo 5

13/03/2008 Clima de guerra

Felizmente, tudo terminou bem, sem que um único tiro fosse disparado. Mesmo assim fica algo de inafastavelmente ridículo no comportamento dos líderes latino-americanos que protagonizaram a mais grave crise diplomática a afetar a região nos últimos anos, depois que militares colombianos invadiram território equatoriano para dar cabo de um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Na operação, foi morto Raúl Reyes, o número dois da organização guerrilheira.

Ao longo de toda a semana passada, os presidentes da Colômbia e do Equador, este secundado pelos dirigentes da Venezuela e da Nicarágua, trocaram impropérios irrevogáveis e prometeram lavar em sangue a honra do país ultrajado. Era tudo fogo de palha. Na sexta-feira já estavam trocando tapinhas nas costas. Por pouco não saíram abraços e juras de amor eterno.

Longe de mim insinuar que a guerra era preferível. Mas, se as palavras duras que lançaram uns contra os outros não eram para valer, por que as proferiram?

A primeira coisa que me veio à mente foi o "Ensaio sobre a Origem das Línguas", divertido texto de Jean-Jacques Rousseau em que o autor atribui às condições atmosféricas determinadas características dos idiomas. Assim, "nos climas meridionais, onde a natureza é pródiga, as necessidades nascem das paixões; nas regiões frias, onde ela é avara, as paixões nascem das necessidades, e as línguas, tristes filhas da necessidade, ressentem-se de sua áspera origem". Enquanto, no sul das "paixões voluptuosas" a primeira palavra foi "amai-me", no norte ela foi "ajudai-me".

Não duvido de que tem faltado amor às vidas de Chávez, Uribe, Correa e Ortega, mas meu propósito aqui não é o de psicanalisar esses presidentes, mas apenas investigar um pouco melhor as supostas relações entre língua, ambiente e pensamento humano. O bom Jean-Jacques não foi o único a sugeri-la.

Várias eminências pardas do pensamento filosófico ocidental seguiram a mesma direção. Nietzsche, por exemplo, em "Vontade de Potência", escreveu: "Temos de parar de pensar se nos recusarmos a fazê-lo na prisão da linguagem". Heidegger vai na mesma linha: "O homem age como se ele fosse o formador e o mestre da linguagem, quando, na verdade, a linguagem é a mestra do homem". E também Barthes, como sempre exagerando: "O homem não existe antes da linguagem, seja como espécie, seja como indivíduo". Até o geralmente mais preciso Wittgenstein diz algo parecido: "Os limites de minha linguagem são os limites de meu mundo".

Bem, todos eles estão errados. Quem volta a demonstrá-lo com elegância é Seteven Pinker, em seu mais recente livro, "The Stuff of Thought" (a matéria do pensamento). As frases destes grandes filósofos são versões mais ou menos vigorosas daquilo que em lingüística se conhece por Hipótese Sapir-Whorf (SWH), assim batizada em referência ao lingüista Edward Sapir (1884-1939) e seu aluno antropólogo Benjamin Lee Whorf (1897-1941).

O que a SWH basicamente diz é que existe uma relação sistemática entre as categorias gramaticais da língua que uma pessoa fala e o modo como ela compreende o mundo e nele atua. É claro que, em algum grau, língua e pensamento se relacionam, ou os idiomas seriam inúteis, pois não poderiam nem comunicar idéias. Mas o que a SWH sustenta, pelo menos em suas formulações mais radicais, é que ela determina o pensamento.

Especialmente Whorf, parece ter ido longe demais em seu "insight". Ele chegou a afirmar que, enquanto os idiomas europeus tendem a analisar a realidade como objetos no espaço: o presente e o futuro são "lugares" ligados pelo tempo; outras línguas, em especial as da América, se focam no "processo" temporal. Assim, sugeriu Whorf, um falante de hopi teria mais facilidade do que um ocidental para apreender a teoria da relatividade de Einstein, na qual espaço e tempo formam um "continuum". Não duvido das aptidões de nenhum falante de nenhuma língua para a física teórica, mas, até onde sei, a popularidade de Einstein não é melhor que a do general Custer nas áreas hopi do Arizona.

O mais famoso dos casos de Whorf, porém, é o dos esquimós. Ele e vários outros autores sustentaram que esses habitantes do Ártico contariam com várias dezenas (às vezes centenas e até

milhares, dependendo da versão) de palavras para descrever a neve e que isso teria impactos profundos sobre sua forma de relacionar-se com o mundo.

Em primeiro lugar, não é muito exato afirmar que os esquimós tenham tantas palavras mais do que outros povos para descrever a neve. É que os idiomas inuit (esquimós) são aglutinantes, isto é, permitem a formação de novas palavras através da adição de prefixos, sufixos e outros elementos. Desse modo, quando um falante de inuinnaqtun menciona a "patuqtaujuq", ele não está falando de uma realidade inapreensível para o brasileiro, mas tão-somente da "neve congelada e cintilante". O conceito é exatamente o mesmo, embora precisemos de dois adjetivos e um substantivo para expressá-lo. No mais, ainda que os inuit tenham mesmo umas poucas palavras a mais para descrever a neve, isso não chega a ser surpreendente, visto que estão rodeados dela por todos os lados. Daí não se segue que "enxerguem" tonalidades de branco invisíveis ao homem ocidental nem que sejam capazes de construir toda uma metafísica com base nas sutis diferença entre os flocos. O fenômeno é, na verdade, trivial. Onde uma pessoa normal vê "tinta", um pintor enxerga um "óleo", uma "aquarela" ou "tinta acrílica". Da mesma forma, onde vemos neve, o olhar treinado do esquimó já define o tipo de precipitação. Mas neve segue sendo neve em qualquer lugar do mundo. Diferenciá-la com mais ou menos precisão não muda a "psique" de ninguém, assim como o meteorologista ocidental não tem o cérebro diferente do nordestino brasileiro que só vê neve quando abre o freezer.

O próprio português já foi "vítima" de uma lenda urbana de inspiração whorfiana. Alguém um dia proferiu a grande bobagem, freqüentemente repetida, de que o termo "saudade" não teria tradução em nenhuma outra língua do mundo. É claro que não é assim. Seguem alguns equivalentes: os russos têm "tosca"; alemães, "Sehnsucht"; árabes, "hanin"; armênios, "garod"; sérvios e croatas, "jal"; letões, "ilgas"; japoneses, "natsukashi"; macedônios, "nedôstatok"; húngaros, "sóvárgás". Os amantes do classicismo podem acrescentar a essa lista o "desiderium" latino e o "póthos" dos antigos gregos.

Ora, se até os cães demonstram sentir saudades de seus donos quando deles ficam separados, seria de um etnocentrismo despropositado acreditar que esse sentimento é próprio apenas aos que falam português.

Mas, voltando à questão da linguagem, evidências empíricas fornecidas por pesquisas no campo da neurociência indicam que o cérebro teria um idioma próprio, o mentalês. É nele que armazenamos informações em neurônios e as processamos e depois as "retraduzimos" para a

língua natural por nós falada. Se há um filósofo que estava quase certo é Kant, ao propor que nosso cérebro pensa sobre intuições de espaço e tempo e através de categorias como quantidade (unidade, pluralidade), qualidade (realidade, negação) e relação (causalidade, comunidade).

É uma boa notícia para poetas e visionários. Não apenas a tradução é possível como também, pelo menos num sentido profundo, todos os homens compartilham um idioma comum e não é impossível que venham a entender-se. Se até falastrões incorrigíveis como Chávez e Uribe souberam recuar e ceder aos apelos da razão, ousou acreditar que um dia também o Oriente Médio experimentará a paz. Bem, acho que agora eu exagerei. O Oriente Médio, não, mas quem sabe a África.

Anexo 6

17/04/2008 O caso Isabella

Relutei o quanto pude em comentar o caso do assassinato da pequena Isabella Nardoni. Não importa quem seja o autor do crime, o resultado é o mesmo: uma tragédia pessoal e familiar. Como há um homicídio a esclarecer, é inevitável que as autoridades policiais escarafunchem todos os aspectos da história, mas isso não significa que o grande público deva participar de tudo e acompanhar "on line" cada novo desdobramento das investigações. Até para que a família possa viver o luto, seria necessário um certo distanciamento. Receio, entretanto, que os limites do decoro tenham sido quebrados pela perversa combinação de uma imprensa ávida por sensacionalismo com declarações irresponsáveis de autoridades policiais e judiciárias. Tudo isso, é claro, motivado pelo desejo das pessoas de saber tudo a respeito desse macabro episódio.

É justamente sobre a natureza desse desejo que gostaria de lançar algumas observações na coluna de hoje. Por que o assassinato de crianças nos toca mais do que homicídios envolvendo adultos? Por que a simples possibilidade de o pai ser um dos suspeitos transforma uma ocorrência policial em comoção nacional?

Parte da resposta está na biologia. Bebês e crianças comovem e mobilizam nossos instintos de cuidadores. Estes serezinhos foram "desenhados" com características que exploram os vieses sensoriais de seus pais e de adultos em geral. Tais traços, especialmente os faciais, são há décadas conhecidos de artistas como Walt Disney. O que torna Mickey Mouse fofinho e não

repulsivo como a maioria dos murídeos? Como observa Marc Hauser em "Moral Minds", "a cabeça muito maior do que o corpo e os olhos grandes em relação ao rosto (...) são como doces visuais, irresistíveis para nossos olhos".

A circuitaria cerebral responsável por esse, digamos, "amor às crianças" é comum a vários mamíferos. Também julgamos fofinhos filhotes de cães, gatos e até de animais perigosos como ursos (lembrem-se de Knut) e tigres. A adoção inter-espécies não é um fenômeno de todo incomum. Cadelas, lobas e gatas freqüentemente criam filhotes abandonados de outros bichos. Há até dois casos de bebês humanos que caíram em jaulas de gorilas em zôos americanos e foram socorridos por fêmeas dessa espécie.

Só que as coisas são um pouco mais complicadas. Apenas achar um bebê engraçadinho não é em absoluto garantia de que cuidaremos bem dele. A natureza, à parte algumas idealizações românticas de ecologistas empedernidos, é cruel. Não foram raras as situações do passado darwiniano nas quais tínhamos várias crianças fofinhas para cuidar e pouco ou nenhum recurso. Daí que nós e outras espécies desenvolvemos o hábito, hoje condenável, de sacrificar os bebês que nos parecessem mais fracos (infanticídio) ou que portassem defeitos congênitos (eugenia).

A biologia é uma eterna corrida armamentista entre indivíduos. Para espécies sociais como a nossa, o jogo se dá num ambiente de cooperação, mas isso não impede que os interesses de homens e mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs divirjam. A disputa se dá então no nível da "sintonia fina", e com as regras ditadas por "gargalos" ambientais.

Enquanto nossos bebês nasciam aos borbotões e morriam em proporções equivalentes -- situação que perdurou durante 99,9% de nossa história evolutiva--, víamos o óbito de filhos como um fenômeno, senão natural, pelo menos esperado. É só sob condições ótimas que o amor e a dedicação paternos podem prosperar com maior força.

O historiador francês Philippe Ariès (1914-1984), autor de "A Criança e a Vida Familiar sob o Antigo Regime" (1960), mostra bem as mudanças culturais que estão por trás do amor que hoje sentimos pelos nossos filhos. Já tratei do assunto numa [coluna antiga](#), mas retomo aqui o argumento.

A idéia de que os filhos devem ser amados é antes de mais nada uma criação recente. Durante a Idade Média era menos do que uma abstração. Em sua configuração moderna, o conceito só surge na Europa nos séculos 16 e 17 e entre os mais ricos. Ele se dissemina pelos

outros estratos apenas em finais do século 19 e início do 20 --quando as taxas de fecundidade e mortalidade infantil baixam significativamente.

É verdade que os trabalhos de Ariès sofreram fortes críticas, algumas convincentes. Poucos, porém, contestam a tese central de que a infância no "ancien régime" era vista de um modo muito diverso do de hoje.

Uma criança não passava de um projeto de adulto, só que com mais desvantagens. As últimas características que esses serezinhos desenvolviam eram a razão e a lógica, o que os tornava verdadeiros débeis mentais à espera do sopro da inteligência.

A noção de que pudesse haver alguma especificidade da infância soaria exótica. Pais não viam, por exemplo, nenhum inconveniente em fazer sexo diante de seus filhos de sete, oito anos em atitude que horrorizaria os educadores de hoje. Para Ariès, a função da família no antigo regime era basicamente a de perpetuar o patrimônio e os costumes. O amor aos filhos, tornado central para a família contemporânea, era perfeitamente dispensável então. Ele só vai se desenvolver plenamente com o advento da família burguesa e sob o tempero de puericultores como Rousseau, Pestalozzi e, mais recentemente, Montessori e Piaget, sem mencionar os infundáveis autores de manuais que pretendem trazer o "modo de usar" de filhos e enteados.

À luz dessas reflexões, o assassinato de uma garotinha de apenas cinco anos desponta como duplamente horroroso. Contraria não apenas a disposição biológica inata de preservar as crianças como também o mais recente movimento cultural de valorização da infância. O fato de o pai, pelas circunstâncias do crime, figurar na lista de suspeitos é apenas o ingrediente que faltava para os chamados abutres da imprensa se lambuzarem no caso como moscas no mel. Não por acaso, são os mesmos componentes que transformaram o desaparecimento da jovem Madeleine McCann de uma praia do Algarve em "hit" mundial.

Voltando à teoria, críticos da abordagem sociobiológica se queixam de que essa visão transforma nossos sentimentos mais nobres em mera análise probabilística. É como se nossos corações fossem máquinas de calcular riscos, a partir dos quais decidiríamos atuarialmente quem deve ou não ser amado. É uma interpretação, reconheço. Mas, o bonito no darwinismo é justamente que não faz muita diferença se os comportamentos adotados pelos indivíduos são genuínos ou afetados. O resultado tende a ser mais ou menos o mesmo. A intencionalidade e o livre-arbítrio talvez sejam conceitos biologicamente menos reais do que o direito e a teologia gostariam.

PS - Na semana que vem, não poderei escrever a coluna. Retomo-a, portanto, no dia 1º de Maio.

Anexo 7

01/05/2008 O não tão livre-arbítrio

Imagine a mais deliciosa sobremesa que suas papilas gustativas podem conceber. Acrescente uma camada extra de cobertura de chocolate. Agora imagine o garçom lhe estendendo uma generosa porção dessa iguaria. Você consegue recusar?

Se, como a maioria dos seres humanos, não resiste à tentação, pode perguntar-se onde diabos está o livre-arbítrio de que tanto falam filósofos e padres. A questão é debatida há pelo menos dois milênios e não estamos nem perto de uma resposta definitiva. Esse conceito reúne numa só trama alguns dos mais cabeludos problemas filosóficos, como a natureza do universo (se ele é ou não determinado), a causalidade e se o homem é ou não um agente moral.

O leitor de boa memória se lembrará de que, no final de minha coluna anterior, comentando o caso da pequena Isabella, sugeri que o tal do livre-arbítrio talvez seja menor do que exigiriam as noções mais comuns de justiça.

A pergunta fundamental é: somos livres para agir como desejamos? Suas implicações não são triviais. Se nossas ações são determinadas, seja pela biologia, pela física ou por Deus, como responsabilizar alguém por seus atos?

Assim, a primeira parte do problema é física. Importa saber se tudo o que ocorre no mundo é uma fatalidade ou se há espaço para decisões autônomas. Quem melhor colocou a questão foi o célebre matemático francês Pierre-Simon de Laplace (1749-1827), ao propor, na introdução ao seu "Essai philosophique sur les probabilités", um experimento mental que mais tarde ficou conhecido como "o demônio de Laplace": "Podemos ver o estado presente do universo como o efeito de seu passado e a causa de seu futuro. Um intelecto que em dado momento conhecesse todas as forças que colocam a natureza em movimento, e as posições de tudo aquilo de que a natureza é composta, se tal intelecto também fosse capaz de submeter esses dados a análise, ele abarcaria numa única fórmula tanto os movimentos dos maiores corpos do

universo como os do menor átomo; para este intelecto nada seria incerto e o futuro assim como o passado estariam presentes diante de seus olhos".

Bem, se acreditamos como Laplace que todos os eventos presentes e futuros são o resultado do passado do universo em combinação com as leis da natureza, então somos deterministas. É uma posição especialmente confortável para os que não querem carregar em suas costas o peso de decisões morais. Se tudo o que se passa no mundo é o resultado de uma fórmula matemática, culpar alguém por um assassinato faz tanto sentido quanto responsabilizar o leão por devorar a gazela ou um asteróide por ter dizimado os dinossauros.

Na mesma situação se encontram aqueles que postulam a existência de um Deus perfeitamente onisciente e onipotente. Tal entidade atrairia para si todas as culpas do universo.

Deixemos, porém, a teologia de lado e voltemos à física. Ainda que numa versão mais nuançada, Albert Einstein pensava mais ou menos como Laplace. É por isso que tinha horror à mecânica quântica (na qual as previsões estão limitadas a mera probabilidade), sobre a qual sentenciou: "Deus não joga dados".

A "solução" de Einstein para sustentar um universo determinista sem não atirar a noção de responsabilidade num buraco negro foi rebaixá-la um bocadinho: "Um ser humano pode perfeitamente fazer o que quiser, mas não pode desejar o que quer". Aqui, o físico alemão acompanha o bom e velho Schopenhauer. Somos todos filhos da necessidade.

Só que a mecânica quântica se firmou. E não apenas como uma ignorância provisória, como desejava Einstein. Cada vez mais o "mainstream" da física vai se convencendo de que a impossibilidade de determinar ao mesmo tempo a posição e a velocidade de uma partícula está na natureza da matéria, sendo um dado da realidade e não uma simples incompletude da teoria. Com isso, o demônio de Laplace, se não sai de cena, ao menos passa para um segundo plano. O mesmo, suspeito, ocorre com o Deus das religiões monoteístas, daí que escolas dominicais não ensinem física quântica.

Mas será que a consolidação de um universo não inteiramente determinado basta para salvar a responsabilidade moral de seus demônios? Talvez não. Achados no campo na neurociência nos fazem ficar com a pulga atrás da orelha.

Num experimento seminal dos anos 80, Benjamin Libet, da Universidade da Califórnia, ligou seus alunos a aparelhos de eletroencefalograma e demonstrou que a atividade cerebral

inconsciente que faz alguém mover o braço, por exemplo, precede em pelo menos meio segundo a "decisão consciente" de mexer o braço.

A partir daí, neurocientistas desenvolveram vários experimentos semelhantes, obtendo a corroboração dos resultados. Hoje são mais ou menos unânimes em afirmar que o livre arbítrio não é mais do que uma ilusão, mais ou menos como a consciência, que, embora não passe de um efeito colateral de vários sistemas cerebrais ligados em rede, nos leva sinceramente a crer que somos algo diverso da matéria que nos compõe. A maioria da humanidade é dualista (se vê como uma mistura de corpo e alma), só uns poucos materialistas ateus somos devidamente monistas (não somos mais do que o amontoado de impulsos eletroquímicos produzidos por nosso corpo).

Nosso livre arbítrio seria mais ou menos como um tique nervoso ou a necessidade que um viciado tem de conseguir sua droga, movimentos que ficam a meio caminho entre o voluntário e involuntário. Temos aí uma boa seara para advogados de defesa, a exemplo dos alquimistas em busca da pedra filosofal, tentarem extrair o habeas corpus universal.

Será que estamos assim condenados a descartar toda idéia de justiça possível? Talvez não. Afinal, existem viciados que conseguem superar sua compulsão. A resposta não chega a ser um segredo. Se, por um lado, ele quer a droga (desejo de primeiro grau); por outro, ele sabe que o vício lhe faz mal e pretende livrar-se dele (desejo de segundo grau). O livre arbítrio talvez exista como um poder de veto dos desejos de segundo grau sobre os de primeiro. Não é à toa que os mais relevantes dos dez mandamentos assumem a forma "não + verbo", como em "não matarás", "não cobiçarás a mulher do próximo".

Os filósofos norte-americanos Harry Frankfurt e Daniel Dennett desenvolvem algumas idéias interessantes de como reconciliar um universo em grande parte determinista (nossas ações sociais, até prova em contrário não são regidas por leis quânticas) com uma versão ainda que mitigada do livre arbítrio. É o salvamento do compatibilismo.

Segundo Dennett, nós temos o poder de veto e o poder de veto sobre o veto, além de boas noções de causalidade, que nos permitem imaginar cenários futuros e projetar-lhes conseqüências de decisões passadas. Não é necessário um milagre para ter responsabilidade.

Como eu disse no início deste texto (que, por sinal, já está ficando mais longo do que eu teria desejado), não disponho de uma resposta definitiva para o problema do livre arbítrio. Só o que procurei aqui foi lançar, de forma infelizmente meio caótica, algumas luzes sobre sua complexidade e alcance. Mal resvaley em todas implicações e pressupostos. Acho, entretanto, que

as idéias esboçadas já bastam para que reavaliemos as bases da noção mais comum de justiça que circula por aí.

Nossas inseguranças em relação ao livre arbítrio, que não são poucas, já deveriam nos fazer abandonar o conceito de justiça retributiva. Se não estamos muito certos do nível de controle que temos sobre nossas ações e se é até mesmo possível que cada uma de nossas decisões já esteja escrita desde o início dos tempos, então não faz sentido punir alguém como retribuição à falta cometida. Mesmo que houvesse um Deus a nos dizer insofismavelmente o que é certo e o que é errado, seria preciso não torná-Lo demasiado poderoso, ou Ele se tornaria o responsável último por todos os nossos pecados.

Além da contradição interna à idéia de um deus onipotente e bondoso, temos como subproduto que a justiça, mais do que para expiar culpas, se presta a evitar que o próprio criminoso e outras pessoas voltem a delinquir. A meta deixa de ser "fazer justiça" (uma completa inutilidade) e passa a ser organizar melhor a sociedade.

Se, por um lado, essa noção utilitarista salva algo da nossa posição de agentes morais, ela não nos eleva para muito além dos cãesinhos pavlovianos, que fazem o que deles se espera sob a compulsão de eletrochoques e outras artimanhas da necessidade.

Assim, antes de sair por aí linchando suspeitos de crimes hediondos ou de pedir uma segunda porção daquela sobremesa deliciosa que entope artérias, pense nas conseqüências. A diferença importante entre nós e os cãesinhos de Pavlov é que projetamos o futuro mais longe.